CIBEC/INEP



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE ENSINO COORDENAÇÃO DO APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEI

MANUAL 1980

126 4m

### **Livros Grátis**

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

Presidente da República Federativa do Brasil Ernesto Geisel

**Ministro da Educação e Cultura** Euro Brandão

## Manual do Programa Institucional de Capacitação de Docentes

#### Secretário da Secretaria de Ensino Superior

Edson Machado de Sousa

Diretor-Geral da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Darcy Closs

Coordenador Nacional do Programa Institucional de Capacitação de Docentes Manuel M.M. Formiga

Brasil. Secretaria de Ensino Superior. Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Manual do programa institucional de capacitação de docentes. Brasília, Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Documentação e Divulgação, 1979.

117 p.

1. Ensino superior - Formação profissional. I. Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. II. Título.

CDD-378.142

#### MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR COORDENAÇÃO DO APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUPERIOR

## Manual do Programa Institucional de Capacitação de Docentes

#### **APRESENTAÇÃO**

O Programa Institucional de Capacitação de Docentes (PICD) chega ao sexto ano de atividades com seu quinto documento de concepção e diretrizes gerais.

A continuidade de um programa desta natureza leva a acreditar em sua consolidação. Ademais, após a Reunião de Avaliação efetuada no período de 12 a 22 de setembro próximo passado, o PICD foi considerado, pela comunidade dos Reitores e Diretores Universitários, cerca de 100 Instituições de Ensino Superior, como o de maior êxito entre as metas preconizadas pelo Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG). O DAU e a CAPES também compartilham desta opinião.

Foi no decorrer da Reunião de Avaliação que se constataram, também, de maneira clara, as deficiências inerentes ao Programa e ao seu processo de implantação. A CAPES e as Instituições participantes estão conscientes da necessidade de aperfeiçoá-lo, corrigindo as possíveis falhas e buscando soluções específicas à problemática de cada Instituição.

Verificou-se na maioria das Instituições a pouca presença e, em algumas, até mesmo a inexistência de órgãos de planejamento, dificultando a ação do PICD. Por outro lado, o mesmo tem servido como instrumento de apoio ao planejamento e, em alguns casos, foi o responsável pelo seu início.

O planejamento, em especial quando se trata de recursos humanos, é um processo que se implanta gradativamente, de modo contínuo, que se introduz por etapas e se aperfeiçoa à medida que é implementado. Deste modo, não existe um modelo básico nem rígido que seja aplicável a todas as Instituições. Daí a necessidade de um alto grau de flexibilidade que possibilite a adaptação às condições vocacionais de cada Instituição.

A evolução do PICD como um todo tem sido acompanhada pela melhoria paralela do sistema de planejamento. Verifica-se também que, ao incrementar e inovar as técnicas de planejamento, a Instituição terá aumentado concomitantemente o número de docentes titulados com graus de mestre e doutor, alcançando, assim, o Programa o seu objetivos precípuo: a elevação do nível da qualidade do ensino de Graduação.

Merece registro a forma dedicada com que os Assessores, pertencentes às Instituições integrantes do Programa, têm prestado sua eficiente colaboração. Anualmente, a CAPES recorre a este critério de participação, buscando entre os próprios usuários e clientes do PICD, que, em trabalho conjunto com a Coordenação Nacional, são responsáveis pelas modificações emanadas das próprias entidades, objetivando a melhoria permanente do Programa.

Brasília, fevereiro/79

DarcyCloss Diretor-Geral

#### SUMÁRIO

Αŀ	APRESENTAÇÃO							
1.	PRO	GRAMA	INSTITUCIONAL DE CAPACITAÇÃO DE DOCENTES	11				
	1.1	Sistema	a de Capacitação Institucional	13				
		1.1.1	Definição	13				
	1.2	PICD-I	- Pós-Graduação "Stricto Sensu"	14				
		1.2.1	Subprograma A - Mestrado e Doutorado no País	14				
		1.2.2	Subprograma B - Bolsas no Exterior	15				
		1.2.3	1	15				
		1.2.4	1 3	16				
		1.2.5	Coordenação do Plano na Instituição	17				
	1.3	PICD-I	I - Pós-G raduação "Lato Sensu"	18				
	1.4	PICD-I	<ul><li>II - Projeto de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior - PADES</li></ul>	19				
2.	. DIRETRIZES PARA UMA POLITICA DE PLANEJAMENTO NO							
	ENSINO SUPERIOR							
	2.1	Definiç		23				
	2.2		a de Planejamento Universitário (SPU)	24				
	2.3	Admini	stração do Sistema de Planejamento Universitário	25				
3.	B. DIRETRIZES PARA UMA POLITICA DE CAPACITAÇÃO DE							
		DOCENTES						
	3.1							
	3.2 3.3	<ul><li>3.2 Diretrizes</li><li>3.3 Algumas Indicações para a Formulação e Execução da</li></ul>						
	3.3	Política de Capacitação de Docentes						
		3.3.1	Diagnóstico e Acompanhamento	31				
		3.3.2	Tipo de Treinamento	31				
		3.3.3	Área de conhecimento	32				
		3.3.4		32				
		3.3.5	Execução da Política	33				
4.			S SOBRE UMA POLITICA DE CAPACITAÇÃO DO					
	PESS	SOAL T	ÉCNICO-ADMINISTRATIVO	35				

_	O DI	ANO DE	CARACITAÇÃO DE DOCENTES	39	
J.	O PLANO DE CAPACITAÇÃO DE DOCENTES				
	5.1	Plano Plurianual			
		<b>5.1.1 5.1.2</b> 5.1.3 <b>5.1.4 5.1.5</b>	Caracterização da Instituição Política da Instituição Política de Capacitação de Docentes Política de Capacitação do Pessoal Técnico-Administrativo Metas do Plano Plurianual	42 42 42 43 43	
	5.2	Projeto Anual			
		<b>5.2.1 5.2.2</b> 5.2.3	Objetivos Metas P revisão de C an di datos a B ol sas N ovas e a	44 44 44	
		5.2.4	Renovação de Bolsas Manutenção da Capacidade Didática	44	
6.	PLAN	NO DE A	APLICAÇÃO	45	
7.	REL	RELATÓRIO ANUAL			
8.		RUÇÕE RONIZA	S PARA PREENCHIMENTO DOS FORMULÁRIOS DOS	53	
	8.1	Formul	ário N.º 1 — Diagnóstico e Plano Plurianual	55	
		<b>8.1.1</b> 8.1.2 8.1.3	Caracterização Diagnóstico (instruções para o preenchimento) Plano Plurianual (instruções para o preenchimento)	55 55 60	
			Reduzido do Formulário N . 1	66	
	8.2	Formulário N . 2 - índices de Capacitação			
	V	8.2.1	Caracterização	67	
		8.2.2	Instruções	68	
		Modelo	Reduzido do Formulário N? 2	74	
	8.3	Formul	ário N . 3 - Previsão de Candidatos a Bolsas Novas e a		
		Renova	ção de Bolsas	75	
		8.3.1	Caracterização	75	
		8.3.2 <b>8.3.3</b>	Recomendações Gerais Instruções	75	
			Reduzido do Formulário N?3	76 78	
	8.4		ário N . 4 — Plano de Aplicação de Recursos em	78	
	0.4		ario N . 4 — Piario de Aplicação de Recursos em Novas/Renovações	79	
		8.4.1	Caracterização	79	
		8.4.2	Recomendações Gerais	79	
		8.4.3 Modelo	Instruções Reduzido do Formulário N. 4	80 82	

	8.5	Formulário N. 5 — Relatório Anual — Custo por Fontes de Recursos			
		8.5.1	Caracterização	83	
		8.5.2	Instruções	83	
		Modelo	Reduzido do Formulário N . 5	84	
	8.6	Formulário N . 6 — Relatório de Desempenho dos Bolsistas			
		Modelo	Reduzido do Formulário N- 6	86	
	8.7	Formulário N . 7 — Resumo do Desenvolvimento do PICD-I por Projeto Operativo Anual			
		8.7.1	Caracterização	87	
		8.7.2	Instruções	87	
		Modelo	Reduzido do Formulário N . 7	89	
9.	PRES	STAÇÕE	S DE CONTAS	91	
	9.1	.1 Recomendações Gerais			
	92	Instruções			
	9.3	3 Formação do Processo			
	Modelo 01 - Relatório Contábil				
	Modelo 02 - Rol dos Responsáveis				
	Modelo 03 - Balancete Financeiro				
	Modelo 04 — Conciliação do Saldo Bancário				
	Mode	lo 05 —	Relação dos Cheques e das Ordens de Crédito Emitidos	101	
	ANEXOS				
	Anex	o I	<ul> <li>Áreas eSubáreas do Conhecimento (PNPG)</li> </ul>	105	
	Anex	o II	— Cronograma de Bolsas no.País	106	
	Anex	o III	- Cronograma de Bolsas no Exterior	109	
	Anex	o IV	Instituições Participantes PICD/79	111	
	Anex	o V	- Quadro-Resumo do Preenchimento dos Formulários e Modelos	115	
				113	

- Distribuição de Funções na CAPES referentes ao PICD

116

Anexo

## 1. Programa Institucional de Capacitação de Docentes

#### 1. PROGRAMA INSTITUCIONAL DE CAPACITAÇÃO DE DOCENTES

O Programa Institucional de Capacitação de Docentes (PICD) visa à qualificação do corpo docente para atender às necessidades definidas pelas instituições de ensino superior (IES) de melhoria e expansão das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Entretanto, a definição precisa das necessidades de cada instituição somente poderá ser feita através do desenvolvimento do seu processo regular e continuo de planejamento. Constitui-se, portanto, num dos objetivos principais do Programa induzir a evolução da capacidade das instituições de planejar o desenvolvimento do seu corpo docente, de acordo com a sua política global de desenvolvimento.

Inicialmente, o Programa concentrou-se na formação de pessoal docente a nível de mestrado e doutorado no País e no exterior. Em atenção à grande demanda das instituições, foi implantado um novo subprograma para atender às necessidades de formação de pessoal docente a nível de pós-graduação "lato sensu", ou seja, de aperfeiçoamento e especialização.

A esses dois subprogramas, por iniciativa do DAU e da CAPES, veio juntar-se um terceiro, de apoio e incentivo ao desenvolvimento do pessoal e das instituições de ensino superior.

#### 1.1 SISTEMA DE CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL - SCI

#### 1.1.1 Definição

O Sistema de Capacitação Institucional define-se como o conjunto de funções que visam à melhoria de qualificação do corpo docente das instituições de ensino superior nacionais, através da formalização do Programa Institucional de Capacitação de Docentes (PICD) que no atendimento aos objetivos comuns se apresenta agora com a seguinte configuração:

- PICD I Pós-Graduação "Stricto Sensu" Subprograma A — Mestrado e Doutorado no Pais. Subprograma B - Bolsas no Exterior.
- PICD II Pós-Graduação "Lato Sensu" Aperfeiçoamento e Especialização no País.
- PICD III Projeto de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior PADES

#### 1.2 PICDI - PÓS-GRADUAÇÃO "STRICTO SENSU"

O Programa Institucional de Capacitação de Docentes (PICD) visa à qualificação do corpo docente para atender às necessidades definidas pelas instituições de ensino superior de melhoria e expansão das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Entretanto, a definição precisa das necessidades de cada instituição somente poderá ser feita através do desenvolvimento do seu processo de planejamento. Constitui-se, portanto, num dos objetivos principais do Programa induzir a evolução da capacidade das instituições de planejar o desenvolvimento do seu corpo docente, de acordo com a sua política de desenvolvimento institucional.

Com vistas ao atendimento do objetivo geral do PICD de qualificar docentes para a melhoria e expansão do desempenho das atividades de ensino, pesquisa e extensão, o PICD I (Mestrado e Doutorado) define-se:

### 1.2.1 Subprograma A - Mestrado e Doutorado no País OBJETIVOS:

Objetivos Gerais: Qualificar docentes e futuros docentes das instituições de ensino superior através da formação académica, a nível de mestrado e doutorado. Estimular nas instituições a implantação de um processo de planejamento de recursos docentes como parte integrante do seu planejamento global.

Objetivos Específicos: Simultaneamente com o atendimento das necessidades específicas de cada instituição, o Subprograma A — Mestrado e Doutorado no País - visa que, a nível nacional, sejam atendidos os seguintes objetivos específicos:

- atender prioritariamente às áreas de conhecimento de maior efeito multiplicador da estrutura académica;
- contribuir para o atendimento das metas do PNPG de titulação por área de conhecimento;
- contribuir para a contenção do processo de endogenia;
- diminuir as disparidades de qualificação do corpo docente entre as instituições e entre regiões do País;
- capacitar prioritariamente os docentes em relação a recém-graduados.

#### 1.2.2 Subprograma B - Bolsas no Exterior

A CAPES, através do Programa Institucional de Capacitação de Docentes — PICD I —, evoluiu no campo da capacitação de recursos humanos de nível superior, e a sistemática em vigor procura atender a três conjuntos de necessidades: as de ordem institucional — planos e prioridades das instituições de ensino superior brasileiras; as de ordem humana, relacionadas com o bem-estar do bolsista (e família); e as de ordem administrativa, concernentes às atividades necessárias à eficiente implementação da programação da CAPES.

#### PRINCÍPIOS BÁSICOS:

No que se refere à concessão de bolsas da CAPES para estudos no exterior, a política é norteada pelos seguintes princípios:

integração - as bolsas para estudos no exterior fazem parte de um esquema global de suporte à institucionalização da pós-graduação, juntamente com os auxílios para pagamento de professores, aquisição de bibliografia, materiais de consumo, etc.:

excelência - as concessões de bolsas de estudo baseiam-se em critérios qualitativos e quantitativos que enfatizam o desempenho e os compromissos académicos e profissionais dos candidatos, no sentido de que apenas os melhores entre eles sejai.i enviados ao exterior. Da mesma forma, a excelência académica das instituições estrangeiras, às quais se destinam os bolsistas, é uma das principais preocupações da CAPES;

complementariedade - os estudos no exterior somente se justificam para preencher vazios de oferta (por inexistência ou insuficiência de cursos existentes) nas instituições de ensino superior brasileiras;

compatibilização — a CAPES busca atuar de forma integrada com as demais agências que se dedicam a atender às necessidades do País como um todo, sob a orientação do Conselho Nacional de Pós-Graduação.

#### 1.2.3 Requisitos

A realização do Programa depende do atendimento aos seguintes requisitos:

#### Pelo DAU:

- concessão de recursos para substituição de docentes afastados com vistas à manutenção da capacidade didática;
- concessão de recursos para auxilio aos bolsistas recém-graduados.

NOTA: As instituições não federais participantes do subprograma deverão prover com recursos próprios os requisitos atribuídos ao DAU.

#### Pela CAPES:

- concessão dos recursos destinados a bolsas de estudo:
- obtenção junto aos cursos de pós-graduação de isenção de taxas e anuidades;
- fornecimento de assistência técnica às instituições.

#### Pela Instituição Participante:

- recursos para manutenção de salários dos docentes afastados;
- recursos para manutenção de infra-estrutura administrativa do PICD;
- recursos para criar condições básicas de trabalho para os mestres e doutores que retomam titulados, especialmente no que se refere a bibliografia e equipamento.

NOTA: Através do programa PRODOCENTE as IES podem solicitar à CAPES parte dos recursos necessários para fazer face às despesas com bibliografia e equipamento.

#### 1.2.4 Inclusão e Participação no Programa

Para que as instituições de ensino superior participem doPICD, é indispensável que satisfaçam determinados pré-requisitos a saber:

 a) existência na instituição de um processo integrado de planejamento global, manifesto pela existência de documentos de planejamento;

- b) aprovação,peloColegiado superior competente, de documentos que definam a Política Geral de Capacitação de Docentes da instituição, como resultado do planejamento global;
- c) existência de uma coordenação do Plano de Capacitação Docente, com responsável designado pelo Reitor ou Diretor;
- d) estabelecimento de normas que regulem o funcionamento da Coordenação do PICD.

A continuidade da participação da instituição no Programa está condi-

#### cionada a:

- a) apresentação anual do Plano de Capacitação de Docentes, com as características descritas neste Manual;
- b) cumprimento integral das obrigações estipuladas nos convénios firmados com a CAPES.

#### 1.2.5 Coordenação do Plano na Instituição

Conforme a organização interna da instituição, apresentam-se duas

#### situações:

- a) nas instituições que não possuem órgãos coordenadores das atividades de pós-graduação ou de capacitação de docentes, recomenda-se a constituição, através de ato específico do Reitor ou Diretor da Instituição, de Comissão de Capacitação Docente:
   Este órgão terá funções deliberativas, coordenadoras e diretivas nas atividades relacionadas com a elaboração, execução, avaliação e controle, tanto do Plano de Capacitação de Docentes, como dos respectivos Projetos Anuais;
- b) as instituições que já contam com órgãos capazes de coordenar o Plano, deverão informar à CAPES, em documento anexo ao Plano Plurianual, a denominação, constituição e organização interna dos mesmos.

Quaisquer que sejam as características do órgão responsável peloPICD é imprescindível a sua integração e articulação na estrutura organizacional da Instituição. A elaboração e execução do Plano deverá ser realizada com a participação dos órgãos colegiados e de administração responsáveis pela formulação das políticas institucionais, e em colaboração com os Centros, Unidades e Departamentos.

#### 1.3 PICD II - PÓS-GRADUAÇÃO "LATO SENSU"

A experiência mostra que é impossível, de imediato, oferecer mestrado e doutorado para todos os docentes que necessitam desses graus de capacitação e qualificação. Portanto, torna-se necessária a proposição de uma estratégia que possa, a curto prazo, oferecer tais oportunidades. Daí o surgimento, do programa de formação de recursos humanos a nível de pós-graduação "lato sensu" - PICDII, com os seguintes enfoques:

— Oferecer oportunidades de melhoria de qualidade do ensino nas Instituições de Ensino Superior, primordialmente naquelas de pequeno e médio porte (exatamente as que tém maior dificuldade para beneficiar-se do PICD I), localizadas geograficamente em pequenos centros, através da qualificação dos seus docentes em cursos de pós-graduação "lato sensu"

Esses cursos deverão ser oferecidos atendendo aos requisitos de carga horária estabelecidos pelo CFE, podendo envolver conteúdos metodológicos e instrumentais, porém com ênfase em conteúdo. Poder-se-á testar novas metodologias e a preocupação centra] deve ser a de qualificação de professores capazes de melhorar, a curto prazo, a qualidade do ensino.

- Proporcionar cursos permanentes ou temporários de aperfeiçoamento/ especialização, primordialmente a docentes do ensino superior, para a formação de núcleos de pesquisa e pós-graduação. Esses cursos visam dar início a um processo de formação de lideranças científicas, com a formação de grupos de professores e pesquisadores, bem como ao estabelecimento de unia infra-estrutura necessária ao desempenho de futuros cursos de Mestrado/Doutorado a serem instalados. O produto final, portanto, é o estabelecimento/consolidação de núcleos de pesquisa.
- Organizar cursos de pós-graduação "lato sensu" em áreas de conhecimento consideradas prioritárias em termos de realidade brasileira, atendendo-se àquelas que forem de maior importância estratégica para o desenvolvimento nacional.
- Desenvolver cursos especificamente destinados a suprir deficiências que os docentes tenham em áreas básicas do ensino.

Será dado caráter prioritário aos cursos planejados pelos Distritos Geoeducacionais, definidos como unidade geográfica de ação para fins de diagnóstico e planejamento. Os Distritos Geoeducacionais têm como doutrina o conceito de regionalização, permitindo a delimitação de unidades espaciais segundo critérios sócio-econômicos e culturais, visando o planejamento do ensino superior do País.

### 1.4 PICD III -PROJETO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR PADES

Trata-se de um projeto do DAU/CAPES concebido como um mecanismo de apoio ao desenvolvimento e melhoria do ensino superior. Através desse projeto espera-se colaborar com as instituições de ensino superior no sentido de incentivar: (a) aperfeiçoamento do docente como profissional e como pessoa; (b) aperfeiçoamento da instrução; (c) aperfeiçoamento da instituição como estrutura de ação organizada.

#### **OBJETIVOS:**

O PICD III (PADES) propõe-se oferecer subsídios para fundamentar e integrar as decisões referentes ao PICD I e PICD II e, ao mesmo tempo, estimular outras realizações, com múltiplos propósitos:

- acompanhar e avaliar os resultados obtidos com a graduação e pós-graduação;
- incentivar a participação critica e a iniciativa dos docentes e discentes na inovação e aperfeiçoamento da experiência universitária;
- aumentar o fluxo de informação, de intercâmbio e de cooperação entre as instituições de ensino superior;
- estreitar o relacionamento entre as instituições educacionais dos vários graus de ensino com a realidade sócio-cultural e económica em que se incluem.

Neste sentido, espera-se oferecer às instituições de ensino superior condições teóricas e práticas para iniciar e/ou consolidar EXPERIÊNCIAS DE INOVAÇÃO E MELHORIA DO ENSINO. Entretanto, para impulsionar os aspectos subentendidos pela expressão "melhoria do ensino" não bastam esforços parciais, ocasionais, começando e se esgotando numa instituição, departamento ou disciplina. Tampouco é aconselhável impor um modelo às instituições.

Melhoria de ensino pode admitir muitas definições. Entretanto, para os órgãos que estão patrocinando o Programa Institucional de Capacitação de Docentes I, II e III não significa simplesmente titular docentes, mas conduzir as instituições de ensino superior:

- à competência científica em conteúdo e didática;
- ao aperfeiçoamento do docente como profissional e como pessoa, como portador de uma categoria funcional, dentro de uma estrutura de trabalho e membro de uma comunidade. Isto significa rever e refletir sobre os seus relacionamentos com o currículo e a disciplina sob sua responsabilidade, rever habilidades referentes às tarefas que lhe incumbe desempenhar, rever os conteúdos que deverá transmitir e ampliar; significa também rever seus relacionamento com os alunos, os colegas e a instituição. Metodologicamente, essa revisão deverá se efetuar através dos meios que as técnicas da avaliação já tornaram disponíveis às estruturas formais de ensino e pesquisa;
- ao aperfeiçoamento da instrução, de modo que, se de um lado se cuida para que os processos de transmissão de conhecimento consigam motivar o aluno a mergulhar no estudo (metodologia e tecnologia educacional), por outro lado, a busca e criação de conhecimentos (pesquisa), juntamente com a prestação de serviços (extensão) sejam processos vinculados ao ensino, exercendo, em relação a este, uma função polinizadora;
- ao aperfeiçoamento da instituição como estrutura de ação organizada. Significa isto que, além de ter de oferecer condições necessárias à realização dos processos de ensino-pesquisa-extensão, de um lado, e estudo-aprendizagem "treinamento" do outro (eficiência interna), a instituição precisará contribuir para a solução dos problemas da comunidade (eficiência externa).

## 2. Diretrizes para uma Política de Planejamento no Ensino Superior

### 2. DIRETRIZES PARA UMA POLITICA DE PLANEJAMENTO NO ENSINO SUPERIOR

#### 2.1 DEFINIÇÕES

As diretrizes essenciais à implantação do Sistema de Planejamento Universiário estão consubstanciadas no Ofício Circular n9 67/77 CODEMOR/DAU e na Informação Circular n? 143/77 CODEMOR/DAU.

O modelo proposto na Informação Circular  $n^{\circ}$ . 143/77 CODEMOR/DAU identifica e caracteriza os diversos subsistemas e especifica os principais processos componentes do Sistema de Planejamento Universitário.

Do ponto de vista da identidade básica dos objetos de sua ação, os subsistemas de planejamento podem ser imaginados como grupados em configurações de envergadura média, na seguinte concepção:

- Nível de Planejamento das Funções/Meio (administrativa, financeira e física)
- Nível de Planejamento das Funções/Fim (académica e comunitária)
- Nível de Planejamento das Funções/Integradoras (global, pesquisa institucional e informacional)

A consolidação dos subsistemas identificados anteriormente será efetivada através da legitimação dos instrumentos básicos, que são:

- a) DIAGNÓSTICO DA IES, objetivando proporcionar elementos para a compreensão da situação atual da IES e de suas tendências, levando-se em conta a região em que está inserida;
- b) PLANO GLOBAL DE DESENVOLVIMENTO (PGD), objetivando projetar o desenvolvimento integral da IES, através de processo amplo de consulta no âmbito interno, levando-se em conta as diretrizes do Plano Nacional de Desenvolvimento e do Plano Setorial de Educação e Cultura, bem como as características regionais;
- c) PLANOS ANUAIS DE DESENVOLVIMENTO, consubstanciando de forma normativa as proposições de ação do PGD, absorvendo e consolidando a síntese das propostas orçamentárias elaboradas a partir do Plano Operativo Anual;

- d) PLANOS OPERATIVOS ANUAIS, objetivando a operacionalização e atualização das diretrizes e metas do PGD face aos aspectos conjunturais nas áreas académica, física, econômico-financeira, comunitária, administrativa, de pesquisa institucional e de informações;
- e) ORÇAMENTO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, objetivando assegurar recursos, dentro de um período orçamentário, para a continuidade dos programas, projetar as despesas e estimar as receitas para o quinquénio, em função das prioridades estabelecidas no Plano Global de Desenvolvimento:
- f) ORÇAMENTO-PROGRAMA, objetivando alocar recursos em função de objetivos e estabelecer sistemática que permita operacionalizar anualmente o Plano Global de Desenvolvimento e o Orçamento Plurianual de Investimentos.

#### 2.2 SISTEMA DE PLANEJAMENTO UNIVERSITÁRIO (SPU)

#### **Fundamentos**

- 1. Necessidade de ordenamento das relações peculiares a cada IES no planejamento e na gestão do seu próprio desenvolvimento.
- 2. Necessidade de capacitação do pessoal técnico e administrativo para exercício da atividade de planejamento.

#### Premissas:

- Autonomia Institucional
- Coerência Interna
- Sensibilidade Social

#### Natureza da Atividade de Planejamento:

- Identificação, por parte da IES, dos problemas que a afetam, através do diagnóstico frequente de sua realidade interna e de seu relacionamento com o contexto onde se insere.
- Formulação de diretrizes e parâmetros para conceituação do Planejamento, em função das peculiaridades detectadas no diagnóstico.

3. Fixação de prioridades e alternativas para o desenvolvimento integrado da Instituição.

#### Estratégia:

- 1. Definição do escopo da ação de planejamento.
- Delimitação das funções essenciais de planejamento e escolha de metodologia e instrumento para realização das atividades consideradas indispensáveis à gestão eficaz da IES.
- Reestruturação da IES com base no dimensionamento adequado de seu desenvolvimento.
- 4. Institucionalização das atividades de planejamento e atribuição de responsabilidades específicas aos diversos setores da estrutura da IES.

#### ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO UNIVERSITÁRIO

"A Administração do SPU pode ser concebida com funções coordenadoras e tivas, resultando em que cada um dos subsistemas, visto sob a forma sistémica, processos que não serão somente efetivados exclusivamente no âmbito do próprio sistema de planejamento, que deve ordenar e realizar, em seu nível de ação, o conjunto de processos normativos que as funções exigem e controlar os componentes a serem realizados em outros setores doSP.U., que contribuam para a determinação do conteúdo dos planos, programas e projetos que a IES venha a assumir" (Informação Circular n? 143/77-CODEMOR/DAU, pág. 14).

Observando-se as características peculiares de cada IES, o SPU se realizará através de:

- órgãos responsáveis pela decisão de politicas e diretrizes da Instituição;
- órgãos executivos da direção superior que implementam as diretrizes estabelecidas no plano imediatamente superior;
- órgãos responsáveis pelo planejamento onde se processam a articulação, a coordenação e assessoramento essenciais à realização da atividade de planejamento.

## 3. Diretrizes para uma Política de Capacitação de Docentes

#### 3. DIRETRIZES PARA UMA POLIYICA DE CAPACITAÇÃO DE DOCENTES

#### 3.1 INTRODUÇÃO

O estágio atual de desenvolvimento do Plano Nacional de Pós-Graduação caracteriza-se pela implementação de um conjunto de medidas visando à institucionalização e à consolidação das atividades de pós-graduação no Pais e pela implantação, em quase todas as instituições federais e algumas estaduais e não federais, do Programa Institucional de Capacitação de Docentes (PICD).

Ambos os eventos desencadearam, tanto no subsistema de formação de pósgraduação, como no subsistema de demanda por pós-graduação, um processo de análise e ajustamento, face, principalmente, aos investimentos determinados pelo PNPG.

A preocupação com a necessidade de uma politica de recursos humanos de existência significativa e regular na instituição norteia as diretrizes ora apresentadas pelo DAUe pela CAPES.

A formulação de uma política caracteriza-se pelo estabelecimento de objetivos de longo, médio e curto prazos, operacionalizados em metas e estratégias de ação, decorrentes de uma determinada realidade e capazes de direcionar seu desenvolvimento. A política de capacitação de docentes é a especificação desses objetivos, metas e estratégias em relação, principalmente, ao direcionamento da evolução do segmento dos recursos humanos da instuição representado pelos docentes.

A execução da política de treinamento docente é um exercício de previsão sobre o desenvolvimento do processo de qualificação dos docentes e, ao mesmo tempo, de intervenção neste processo. No conjunto das políticas da instituição, a capacitação docente deve ser situada em integração com os demais segmentos de recursos humanos, constituindo uma política setorial articulada com as demais políticas setoriais da instituição. Fica implícito nesta concepção a ideia de que a formulação da política de capacitação de docentes não é autónoma, seja no seu conteúdo, seja na responsabilidade pela sua elaboração, devendo, pois, garantir íntima coerência com a política global da instituição.

A realidade das instituições de ensino superior brasileiras revela, entretanto, já pelas distorções vez por outra identificadas em sua estrutura, já pela existência de grande aleatoriedade no processo decisório das mesmas, a ausência de uma política de desenvolvimento institucional explicitamente formulada. Neste contexto, a formulação da política de capacitação de docentes pode constituir-se em fator de indução à formulação da política global da instituição.

#### 3.2 DIRETRIZES

Ao formular sua política de capacitação de docentes, convém que a instituição proceda a uma auto-análise com vistas a planejar a expansão quantitativa de seu contingente de pós-graduados, levando-se em conta o total de docentes titulados somados ao atual número de treinandos mais o daqueles que pretende qualificar nos próximos anos.

É igualmente necessário que a instituição defina as áreas prioritárias para as quais canalizará maiores esforços levando em consideração sua vocação, que deverá estar voltada para o atendimento das necessidades sócio-econòmico-culturais do contexto em que está inserida. Neste sentido, convém que seja feita uma análise da situação do ensino superior no Distrito Geo-Educacional (DGE) a que pertence, a fim de evitar a multiplicação de esforços em áreas do conhecimento, já suficientemente atendidas, e procurar preencher, a médio prazo, as lacunas porventura existentes.

A definição das formas de direcionamento da demanda para pós-graduação deverá ser feita com a participação de grupos representativos dos interessados na política de capacitação de docentes ou por ela responsáveis. O corpo docente deve ser considerado como sujeito da política e não apenas como objeto da mesma. O atendimento desta diretriz é importante porque, fazer ou não cursos de pós-graduação implica situações às quais os profissionais são, com toda razão, muito susceptíveis: alterações de salários, promoção na carreira, interferências com a política interna dos departamentos, abertura de acesso aos cargos, ampliação de vantagens empregatícias ou profissionais.

Face à complexidade dos problemas envolvidos, convém que sejam determinados prazos, a serem usados tanto para os componentes de previsão como para aqueles de intervenção, presentes na política a ser formulada. Será necessário, ainda, considerar o período de tempo suficiente à formação de mestres e de doutores, a fim de definir os horizontes de tempo a serem assumidos. Como hipótese geral, um período mínimo de 3 a 6 anos deverá ser fixado.

A política deverá estabelecer, no que dependa da Instituição, os mecanismos a serem acionados e as estratégias a serem aplicadas para assegurar o retorno dos docentes. Certamente as características jurídicas da Instituição e o tipo de vinculação de seu pessoal docente serão fatores importantes para as decisões necessárias ao atendimento desta diretriz. De qualquer modo, há necessidade do estabelecimento de política de recrutamento, de salários e de promoção como componentes essenciais da capacitação de docentes e, afinal, de toda política de recursos humanos.

O MEC, do mesmo modo que a maioria das instituições envolvidas noPNPG, conferiu ênfase ao PICD como instrumento de programação na área de recursos humanos. Há, todavia, a consciência de que não deve o MEC determinar toda a política de formulação de recursos humanos das instituições de ensino superior, deixando às mesmas a maior faixa de decisões na área. Portanto, as instituições deverão utilizar o PICD como meio operacional apenas de parte de sua política de treinamento docente. Embora possa constituir-se na parte mais significativa, não deve o PICD representar a única medida a ser acionada para a coacitação de recursos docentes.

### 3.3 ALGUMAS INDICAÇÕES PARA A FORMULAÇÃO E EXECUÇÃO **DA POLIYICA** DE CAPACITAÇÃO DE DOCENTES.

#### 3.3.1 Diagnóstico e Acompanhamento:

A política de capacitação de docentes deve basear-se em diagnóstico da situação do corpo docente devendo os indicadores estabelecidos serem atualizados durante o espaço temporal da política, para avaliação de sua execução. Alguns indicadores são sugeridos a seguir:

 a) análise do quadro docente - distribuição do atual corpo docente por categorias, titulação, faixas salariais, faixa etária, tempo de serviço, etc.

Não se trata apenas de montar quadros e tabelas com os totais e os percentuais destes fatores, mas de tentar correlações entre as variáveis, abrangendo uma série histórica significativa, tentando detectar a evolução e as transformações ocorridas com o conjunto dos recursos docentes disponíveis.

 b) análise do rendimento do ensino, resultados do vestibular, matrículas, evasão, conclusões de curso, transferências, estagiários e bolsistas.etc.

O interesse principal no caso é verificar e analisar as tendências do processo ensino-aprendizagem e detectar qualitativa e quantitativamente o rendimento alcançado.

#### 3.3.2 Tipo de Treinamento

Pode ser realizado dentro ou fora da instituição. Dentro, há evidentes vantagens de custo e há possibilidade de simples redução da carga de trabalho do docente; fora, há a vantagem da saída do pessoal, com possibilidade de uma maior dinâmica social, enriquecendo a vivência do docente, não somente nos aspectos estritamente técnicos. No caso do treinamento fora, há as opções de treinar na mesma região, no resto do País ou no exterior. Não há regra geral, mas, em todos os casos, a instituição deverá evitar o treinamento de parte considerável dos docentes de uma mesma área numa mesma instituição-destino, de modo a evitar geração de modismo e a satelitização de uma instituição por outra.

#### 3.3.3 Áreas de conhecimento:

O PNPG estabelece um critério de harmonia entre as áreas fundamental e aplicada. No PICD este critério é operacionalizado através de taxas de afastamento de docentes diferenciadas por área.

Quanto a esse aspecto, a política de capacitação de docentes deve atender aos parâmetros estabelecidos no PNPG, acentuando os afastamentos nas áreas de maior efeito multiplicador sem, contudo, descuidar das demais áreas.

Deve haver, na política de capacitação de docentes, uma definição ainda que de ordem geral,quanto a duas situações básicas:

- a) atendimento concentrado durante algum tempo para áreas onde houver necessidade de formação rápida de docentes ou pesquisadores;
- b) atendimento permanente para as demais áreas da instituição de acordo com a política estabelecida.

#### 3.3.4 Nível dos cursos:

No estabelecimento da política de capacitação de docentes devem ser considerados os diversos níveis de qualificação pretendidos, quer seja em cursos de pós-graduação "stricto sensu" - Mestrado e Doutorado - quer seja em cursos de especialização e aperfeiçoamento, aí incluídas as residências na área de saúde. As prioridades dos diversos níveis deverão ser estabelecidas em função do estágio atual de qualificação docente da instituição; assim é que, de uma maneira geral, quanto maior o percentual de docentes titulados que a instituição possua, maiores deverão ser as prioridades para capacitação nos níveis mais altos.

Deverá também ser levada em consideração, na determinação dos níveis de qualificação a serem atingidos, a capacidade de absorção e fixação dos titulados que retornam à instituição. Este aspecto é de particular importância para as pequenas instituições isoladas e localizadas em cidades de menor porte, para as quais, em geral, é difícil a fixação de mestres e mais ainda de doutores, sendo neste caso preferível a capacitação de docentes a nível de pós-graduação "lato sensu".

Ainda quanto ao nível dos cursos, deve ser considerado que, numa mesma instituição, as prioridades podem variar nas diversas áreas e subáreas de conhecimento em função da vocação institucional e da existência na instituição de programas de pós-graduação ou de pesquisa, já implantados ou a serem iniciados.

#### 3.3.5 Execução da política:

Um aspecto que não deve ser menosprezado na elaboração da política de capacitação de docentes é o da definição dos órgãos responsáveis pela sua execução. Devem ser estabelecidos os diversos níveis de atuação em cada uma das tarefas a serem executadas na implementação da política, tais como: elaboração de planos plurianuais e projetos anuais; fixação de objetivos específicos e metas a serem alcançadas; seleção, orientação e acompanhamento dos treinandos, etc.

# 4. Reflexões sobre uma Política de Capacitação do Pessoal Técnico-Administrativo

### 4. REFLEXÕES SOBRE UMA POLITICA DE CAPACITAÇÃO DO PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Deve-se estabelecer uma diferenciação entre desenvolvimento de Recursos Humanos e Administração de Pessoal, sendo o primeiro um "processo de capacitação pelo qual o indivíduo se aperfeiçoa, atualiza e adquire novas habilidades e atitudes através de treinamento especiTico"; enquanto que a segunda preocupa-se apenas com as situações funcionais, ditadas por normas e legislações rígidas. A amplitude do primeiro justifica a correlação com as atividades de planejamento a nível geral (MEC) e a nível específico (Instituições).

Em função desse argumento, justifica-se a existência de uma política de capacitação de pessoal técnico-administrativo que deverá também ser da responsabilidade dos órgãos envolvidos com a capacitação docente e a pós-graduação.

Caberia, neste primeiro momento, à Comissão PICD as atividades de Coordenação Geral dos problemas relativos ao desenvolvimento de Recursos Humanos, o que não implicaria a eliminação ou substituição das experiências setoriais caracterizadamente bem desenvolvidas, carecendo, todavia, da perfeita sintonia e integração dos diversos órgãos.

Prevê-se que a avaliação funcional recentemente implantada, a cargo do Departamento de Pessoal do MEC, seja oferecida ao órgão de Desenvolvimento de Recursos Humanos, como insumo para elaboração e implementação da própria política.

O pleno êxito alcançado pelo Programa Institucional de Capacitação Docente (PICD) - modelo essencialmente brasileiro - poderia facilmente ser estendido, de forma sempre institucionalizada, ao pessoal técnico de nível superior. A CAPES, embora direcionada por determinação doPNPG para a Capacitação Docente, atenderia também o pessoal técnico através de um Programa Institucional de Capacitação Técnica (PICT).

Concentrada na Instituição a forma de operacionalizar esse sistema, torna-se indispensável a definição de uma política de capacitação de Recursos Humanos, explicitando os diversos tipos de treinamento a serem acionados. No caso do Pessoal de Apoio, propõe-se a responsabilidade das próprias Instituições, que buscariam apoio nos órgãos do sistema MEC. Ao diagnosticar as necessidades, as Instituições teriam no Departamento a fonte básica de informação, estendendo o diagnóstico da qualificação do corpo docente ao corpo técnico.

Sugere-se na elaboração do Plano Operativo para 1980 que, ao se incluir uma política de capacitação de pessoal técnico-administrativo, a Instituição estabeleça critério de indicação e de seletividade para que os benefícios do PICD sejam estendidos àqueles que, a nível de pôs-gradução, desejam prosseguir seu processo de aperfeiçoamento técnico

Neste primeiro ano. a extensão do PICD deverá ser encarada de forma ainda experimental, não havendo formulários específicos e podendo ser usado o formulário comum  $(N^o\ 3)$  para a previsão dos afastamentos. A única recomendação a ser feita é o preenchimento em separado do formulário para este novo tipo de demanda.

## 5. O Plano de Capacitação de Docentes

#### 5. O PLANO DE CAPACITAÇÃO DE DOCENTES

O Plano de Capacitação de Docentes a ser apresentado anualmente à CAPES é um documento que, refletindo a natureza do processo de planejamento, deverá ter características dinâmicas, submetendo-se o mesmo, anualmente, à reformulação resultante da avaliação do ano anterior.

Com a adoção deste processo periódico de realimentação a instituição estará munida de uma metodologia de planejamento, de eficiência gradativamente crescente, na área de capacitação docente e, ainda, poderá fornecer à CAPES e aos demais órgãos centrais do Sistema informações com elevados índices de confiabilidade, capazes de proporcionar os necessários subsídios para a fixação dos objetivos e metas, a nível nacional.

O Plano de Capacitação de Docentes compõe-se de duas partes principais, a saber:

- a) Plano Plurianual que fixa as políticas maiores da instituição, formula os objetivos gerais, estabelece as metas correspondentes para o quadriénio e fixa, também utilizando o modelo aqui proposto as metas do PICD nas grandes áreas de conhecimento, ainda que a título de previsão;
- b) Projeto Anual que formula os objetivos específicos por área, fixa as metas correspondentes, apresenta as normas de distribuição de vagas pelos Departamentos, bem como as normas de seleção de docentes e recém-graduados no Departamento e elabora cronograma de afastamento de docentes.

O Programa Institucional de Capacitação de Docentes, ao condicionar a concessão de bolsas às instituições à demonstração de um início de processo de planejamento e ao exigir que o Plano Plurianual do PICD contenha as definições de políticas de instituição, tenta induzi-los a refletirem sobre o seu papel atual no contexto em que atuam a predeterminar o seu papel futuro.

Com isto, pretende o Programa que as bolsas concedidas por seu intermédio não atendam apenas ao objetivo genérico de melhoria do corpo docente, mas, também, que esta melhoria se realize de forma a permitir que mais rapidamente as instituições contribuam para o desenvolvimento sócio-econômico e cultural, mediante a formação de recursos humanos mais qualificados e da geração de novos conhecimentos.

Em outras palavras, a qualificação do corpo docente não é um fim em si mesmo, mas um dos meios para atingir o objetivo maior de melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão. É dentro desta perspectiva que o DAU e a CAPES vêm solicitando às instituições que formulem as suas políticas de desenvolvimento de recursos docentes e institucional.

As características técnicas do plano, assim como os seus principais passos de elaboração, serão detalhados no roteiro apresentado a seguir.

#### 5.1 PLANO PLURIANUAL

#### 5.1.1 Caracterização da Instituição

Sob este título serão apresentadas as características gerais da instituição, tais como: status jurídico, dirigentes, estrutura departamental, cursos, corpo docente, discente e técnico-administrativo, instalações físicas e orçamento.

A apresentação dos dados acima mencionados deverá ser feita no formulário padronizado que foi utilizado, em abril, por ocasião do envio à CAPES do diagnóstico detalhado do corpo docente.

#### 5.12 Pol ítica da Instituição

Sob este título deverá ser feita uma descrição sucinta, precisa e clara sobre o papel da instituição no seu contexto, seus objetivos e metas, tal como expressa em seu Plano Global de Desenvolvimento ou em suas diretrizes gerais.

Sugere-se o desdobramento deste item nos seguintes:

- a) descrição da vocação da instituição, do seu contexto e das suas missões:
- b) tradução das políticas oriundas do planejamento nacional, regional, estadual, etc, para o âmbito de atuação da instituição
- c) apresentação dos objetivos e metas da instituição para o próximo quadriénio.

Na elaboração da política da instituição orientar-se pelas diretrizes apresentadas no capítulo 2 deste Manual.

#### 5.1.3 Política de Capacitação de Docentes

A formulação de uma política de capacitação de docentes consiste no estabelecimento de objetivos, operacionalizados em metas, e na definição dos meios que orientem a ação para atingir uma nova realidade proposta para as instituições.

No contexto de uma instituição de ensino superior, a política de recursos docentes é parte da política de recursos humanos que, por sua vez, se fundamenta na política de desenvolvimento institucional.

Mais especificamente, a política de capacitação de docentes define como irá recrutar, selecionar, remunerar, promover e aperfeiçoar o seu pessoal docente, de forma a que possa ter as condições necessárias para contribuir eficientemente para os objetivos da instituição.

Na elaboração da politica de capacitação de docentes sugere-se seguir as diretrizes apresentadas no capítulo 3 deste Manual.

#### 5.1.4 Política de Capacitação do Pessoal Tôcnico-Administrativo

Com o objetivo de aprimorar o processo de planejamento institucional, a CAPES introduz a partir do Plano Plurianual de 1980 a exigência da elaboração de uma política de capacitação de pessoal técnico-administrativo, que constituirão lado do pessoal docente, o outro segmento dos recursos humanos da instituição e igualmente importante para o seu bom desempenho.

Na elaboração desta política, orientar-se pelas reflexões apresentadas no capítulo 4 deste Manual.

#### 5.1.5 Metas do Plano Plurianual

Definida a política geral de Capacitação de Docentes, cumpre destacar no Plano as metas a serem atingidas por cada um dos programas de acordo com as suas peculiaridades. As metas possíveis de serem atingidas pelas instituições, através do PICD I - Subprograma A - Mestrado e Doutorado no País -, decorrem de formulário padronizado pela CAPES (Formulário n°. 2)

As metas a serem atingidas através de todos os programas utilizados pela instituição para a formação de mestres e doutores serão apresentadas no Formulário n9 1 e decorrem dos índices estabelecidos no Formulário nº 2.

No modelo formulado pela CAPES, estas metas são estipuladas a partir de parâmetros relativos ao processo de crescimento da instituição e de taxas de afastamento fixadas pela CAPES, bem como dos índices de participação do PICD no programa global da instituição.

As taxas de afastamento, de cuja aplicação resultam as quotas de bolsas de cada instituição, são fixadas tendo em vista o atendimento dos objetivos do Programa, a nível nacional, às metas do PNPG, às áreas de maior efeito multiplicador (área fundamental) como prioritárias, e a uma distribuição equitativa das bolsas entre as instituições, favorecendo as de menor contingente de pós-graduados.

Entretanto, as quotas de bolsas fixadas pelo modelo CAPES são de caráter indicativo, cabendo às instituições definir as alterações (para mais ou menos) que atendam às suas necessidades ou limitações.

#### 5.2 PROJETO ANUAL

Como detalhamento deverá apresentai à parte o programa a ser implementado no ano de 1980.

#### 52.1 OBJETIVOS

Considerando o Plano Plurianual e a avaliação da execução do Plano nos anos anteriores, serão definidos os objetivos específicos a nível de Projeto Anual.

A determinação prévia destes objetivos é muito importante, poisa partir dos mesmos é que devem ser fixadas as metas e as normas para distribuição de bolsas entre departamentos e fixados os procedimentos para seleção de docentes e de recémgraduados.

#### 5.2.2 Metas

Neste item são indicados os totais de bolsas a serem solicitadas pelas instituições, por grandes áreas e níveis de treinamento (conforme formulário  $N^{\circ}$  2), e especificadas as metas por áreas de conhecimento e por departamentos.

# 5.2.3 Previsão de Candidatos a Bolsas Novas e a Renovação de Bolsas

Como resultado do processo de seleção feito na instituição são indicados os candidatos para as bolsas novas previstas nas metas para os subprogramas A e B. São também indicados os bolsistas do subprograma A , que,em face da avaliaçãode seu desempenho, deverão ter suas bolsas renovadas. Todas estas indicações deverão ser feitas no formulário nº 3.

## 5.2.4 Manutenção da Capacidade Didática

Consiste na estimativa do número de colaboradores que serão necessários para substituir os docentes já afastados e os que se afastarão, e que corresponde ao contingente de compensação (linha 28 do formulário n°. 1).

Para as instituições federais, a determinação desta previsão e dos recursos financeiros correspondentes é de suma importância para confronto com os recursos disponíveis no orçamento alocados pelo DAU no projeto/atividade: manutenção do ensino-manutenção da capacidade didática.

# 6. Plano de Aplicação

## 6. PLANO DE APLICAÇÃO

Com base no Plano de Capacitação de Docentes, a CAPES concede a quota de bolsas e firma os convénios com as instituições correspondentes ao projeto anual. Entretanto, entre o período de sua elaboração, meados de 1979, e o início de sua efetiva execução, em março de 1980, várias ocorrências determinam alterações no mesmo.

Dependendo da capacidade de planejamento da instituição (características dos candidatos selecionados por ela e aceitação dos mesmos pelos cursos, desistências e identificação de novas necessidades), pode haver substanciais alterações na utilização da quota atribuída à instituição.

A partir de 1979 a CAPES adotou , por razões de economia interna, a prática de convênios semestrais, correspondendo assim, a cada projeto anual dois convénios, um para o período março/agosto e outro para setembro/fevereiro.

O plano de aplicação deverá ser apresentado para cada convénio, bem como para os aditivos que se tornarem necessários em virtude de ampliação da quota de bolsas que venha a ser concedida pela CAPES.

No plano de aplicação de recursos em bolsas novas/renovações (formulário nº 4) deverão ser listados os bolsistas novos efetivamente vinculados ao subprograma no semestre, bem como os que tiveram sua bolsa renovada.

# 7. Relatório Anual

## 7. RELATÓRIO ANUAL

Conforme determina o convénio firmado com a CAPES, a instituição deverá encaminhar um relatório anual à Divisão Técnica - Seção de Convénios da CAPES até 30 de março de cada ano.

Trata-se de um relatório técnico de avaliação do desempenho do Subprograma na instituição e se distingue dos relatórios contábeis tratados nas páginas seguintes (Relatórios Financeiros Trimestrais e Prestação de Contas).

Além de outros elementos de análise em função dos objetivos específicos de cada instituição, constituem-se em componentes indispensáveis do relatório anual os formulários  $N^{os}$  5, 6 e 7.

Deverão ser comentadas no relatório as dificuldades encontradas na implementação do subprograma em suas diversas fases: elaboração do projeto, seleção e colocação de bolsistas, acompanhamento dos bolsistas, relacionamento com a CAPES e com os centros depós-graduação,etc.

# 8. Instruções para Preenchimento dos Formulários Padronizados

# 8 INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DOS FORMULÁRIOS PADRONIZADOS

#### 8. 1 FORMULÁRIO Nº 1 - DIAGNÓSTICO E PLANO PLURIANUAL

## 8.1.1 Caracterização

Este formulário compreende duas partes.

- A. diagnostico da instituição (coluna do ano atual) no tocante ao treinamento para docentes e recém-graduados (linhas 1 a
   quanto à titulação do pessoal docente (linhas 29 a 34)
- B. plano plurianual (colunas doa anos protelados) abrangendo a programação do treinamento para docentes e recèm-graduados (linhas I a 28) e o resultado esperado em cada ano relativamente à titulação do pessoal docente (linhas 29 a 34).

As informações a serem lançadas no formulário  $n^{\rm o}$  1 serão de dou

tipos

- a. eventos que acontecem no decorrer do ano: conclusões de mestrado e doutorado, contingente de compensaçlo e expansão académica Nesta categoria enquadram-ae. portanto. os dados a serem colocados nas linhas 5, 11, 16,22, e 29. O período a ser considerado será sempre de 1° de março a 28 (29) de fevereiro
- b situações existentes em 31 de março do ano considerado Neste caso estio os docentes e recém-graduados em treina mento (mestrado e doutorado) e utulação dos docentes Nesta categoria enquadram se todas as demais linhas nIt mencionadas em "a", ou seja: linhas 1 a 4,6 a 10, 12 a 15 17 a 21 . 23 a 27 e 30 a 34

Na parte do formulário que d»/ respeito ao treinamento (linhas 0 a 28) devem ser levados em consideração todos os programai utilizados pela IES par formação de mestres e doutores, inclusive os treinandos na prôpna instituição, e não apenas o PICD

## 8.1.2 Diagnostico (instruções para o preenchimento)

O preenchimento do diagnostico (coluna do ano atual) deve ser feito por departamento, devendo ser preenchidos, portanto, tantos formulários quantos forem departamentos da IES, a seguir os departamentos devem ser agrupados de acordo com arca (Fundamental ou Aplicada) e preenchidos mais dois formulários, um para cada área e finalmente deve ser preenchido um formulário para a IES como um todo.

## **OBSERVAÇÕES:**

- entende-se por recém-graduado aquele que faz o curso de mestrado ou doutorado ainda sem vínculo empregatício, mas com compromisso mútuo de absorção pelalES durante ou ao término do curso.
- nas linhas 1, 6, 12 e 17 incluir também os que, embora não tenham iniciado o curso \*de mestrado ou doutorado no primeiro semestre de 1979, estejam certos de o fazerem no segundo semestre.

## As linhas compreendem:

- RGM1 recém-graduados que iniciaram mestrado em 1979.
- 2. RGM2 recém-graduados que iniciaram mestrado em 1978.
- **3. RGMn** recém-graduados que iniciaram mestrado em 1977 ou em anos anteriores.
- 4. TRGM total de recém-graduados em mestrado

  = RGM1 + RGM2 + RGMn
- 5. CRGM recém-graduados previstos para concluírem o mestrado no decorrer do ano de 1979 (de 1/3/79 a 29/2/80); o número deve ser estimado em função dos relatórios dos mestrandos relativos ao 2? semestre de 1978 (ou lº semestre de 1979 se já tiverem sido recebidos). O valor estimado deve ser no mínimo igual a RGMn.
- 6. RGD1 recém-graduados que iniciaram doutorado em 1979.
- RGD2 recém-graduados que iniciaram doutorado em 1978.
- 8. RGD3 recém-graduados que iniciaram doutorado em 1977.
- **9. RGDn** recém-graduados que iniciaram doutorado em 1976 ou em anos anteriores.

- 10. TRGD total de recém-graduados em doutorado.= RGD1 + RGD2 + RGD3 + RGDn
- 11. CRGD recém-graduados previstos para concluírem o doutorado no decorrer do ano de 1979 (de 1/3/79 a 29/2/80); o número deve ser estimado em função dos relatórios dos doutorandos relativos ao 2ª semestre de 1978 (ou 1º semestre de 1979 se já tiverem sido recebidos). O valor estimado deve ser no mínimo igual a RGDn.
- **12. DM1** docentes que iniciaram mestrado em 1979.
- **13. DM2** docentes que iniciaram mestrado em 1978.
- DMn docentes que iniciaram mestrado em 1977 ou em anos anteriores.
- 15. **TDM** total de docentes em mestrado.

= DM1 + DM2 + DMn

- 16. CDM docentes previstos para concluírem o mestrado no decorrer do ano de 1979 (de 1/3/70 a 29/1/80); o número deve ser estimado em função dos relatórios dos mestrandos relativos ao 2º semestre de 1978 (ou 1º semestre de 1979 seja tiverem sido recebidos). O valor estimado deve ser no mínimo igual a DMn.
- 17. **DD1** docentes que iniciaram doutorado em 1979.
- 18. **DD2** docentes que iniciaram doutorado em 1978.
- 19. **DD3** docentes que iniciaram dou torado em 1977.
- DDn docentes que iniciaram doutorado em 1976 ou em anos anteriores.
- 21. **TDD** total de docentes em doutorado. = **DD1** + **DD2** + **DD3** + **DDn**

- 22. CDD docentes previstos para concluírem o doutorado no decorrer do ano de 1979 (1/3/79 a 29/2/80); o número deve ser estimado em função dos relatórios dos doutorandos relativos ao 2? semestre de 1978 (ou 1? semestre de 1979 se já tiverem sido recebidos). O valor estimado deve ser no mínimo igual a DDn.
- 23. TRGT total de recém-graduados em treinamento de mestrado ou doutorado.

= TRGM + TRGD

 TDT — total de docentes em treinamento de mestrado ou doutorado.

= TDM + TDD

25. TTM — total de treinandos (recém-graduados e docentes) em mestrado.

= TRGM + TDM

26. TTD — total de treinandos (recém-graduados e docentes) em doutorado.

= TRGD + TDD

27. TT — total de treinandos (recém-graduados e docentes) em mestrado ou doutorado.

= TRGT + TDT = TTM + TTD =

= TRGM + TRGD + TDM + TDD

- 28. CC contingente de compensação (não preencher para o ano de 1979).
- EA expansão académica (não preencher para o ano de 1979).
- 30. TD total de docentes com título de doutor ou equivalente (livre docência, cátedra ou defesa direta de tese).
- 31. TM total de docentes com título de mestre.

32. TCT — total de docentes com título de doutor ou de mestre.

$$= TD + TM$$

- TST total de docentes sem título de mestre ou de. doutor.
- 34. TP total de docentes.

  = TCT + TST = TD + TM + TST

# **OBSERVAÇÕES:**

- Para os formulários Nº 1 relativos as áreas fundamental e aplicada deverão ser calculadas as taxas que dizem respeito ao tempo necessário para conclusão do curso.
  - Assim é que para as estimativas de conclusão a serem preenchidas no plano plurianual (colunas dos anos projetados) os mestrandos e doutorandos serão distribuídos em duas categorias por nível de curso:
  - a) mestrandos que concluirão o curso em mais de 12 meses e até 24 meses;
  - b) mestrandos que concluirão o curso em mais de 24 meses e até 36 meses;
  - c) doutorandos que concluirão o curso em mais de 24 meses e até 36 meses;
  - d) doutorandos que concluirão o curso em mais de 36 meses e até 36 meses.

As taxas de conclusão de mestrado e doutorado são calculadas pelas fórjnulas a seguir, diferenciadas para docentes e recém-graduados:

$$\epsilon_{\text{RGM}} = \frac{\text{CRGM} - \text{RGMn}}{\text{RGM2}}$$

$$\epsilon_{\text{RGD}} = \frac{\text{CRGD} - \text{RGDn}}{\text{RGD3}}$$

$$\epsilon_{\text{DM}} = \frac{\text{CDM} - \text{DMn}}{\text{DM2}}$$

$$\epsilon_{\text{DD}} = \frac{\text{CDD}}{\text{DD3}}$$

Os valores das taxas deverão ser tal que:



Para as instituições que participarão do programa pela primeira vez e que não possam calcular as taxas pelas fórmulas acima por não terem conclusões de mestrado e/ou doutorado previstas no diagnóstico recomenda-se utilizar para as taxas o valor 0,5 (cinco décimos).

 $\mbox{Quando o numerador da fração for nulo, usar } \mbox{e} = 0 \ \mbox{(mesmo} \mbox{com denominador também nulo)}.$ 

2) Para o preenchimento do formulário n°. 1 relativo ao conjunto das duas áreas (fundamental e aplicada), a maneira correta é somar para cada item os valores de cada uma das duas áreas, tanto no que se refere ao diagnóstico quanto aos anos projetados.

## 8.1.3. Plano Plurianual (instruções para o preenchimento).

O plano plurianual (colunas dos anos projetados) deve ser preenchido apenas por área de conhecimento (Fundamental e Aplicada)e para o conjunto da IES. Portanto, apenas três formulários nº 1 serão completamente preenchidos.

A orientação acima não exclui o planejamento a nível departamental, o qual entretanto deve ser feito internamente, obedecido o planejamento global da IES e sobretudo levando em conta as prioridades das diversas subáreas que o compõem.

Antes do preenchimento de cada coluna do plano plurianual é necessário contudo que seja preenchido o respectivo formulário n°. 2 (índices de capacitação).

Para o plano plurianual as seguintes diretrizes devem ser observadas:

- a) todos os programas de capacitação de docentes (mestrado e doutorado) devem ser considerados;
- b) não existem desistências durante o curso, isto é,todos os que iniciam o mestrado ou o doutorado o completam;

- c) todos os recém-graduados serão absorvidos pela IES;
- d) todos os treinandos previstos para iniciarem cursos de mestrado ou doutorado o fazem.

# **OBSERVAÇÕES:**

- recomenda-se que o número de recém-graduados que iniciarão treinamento cada ano não ultrapasse 10% (dez por cento) do total de treinandos a iniciar mestrado e doutorado no mesmo ano.
- o índice "a" nas fórmulas utilizadas para o preenchimento das colunas dos anos projetados indica que o valor deve ser tomado na coluna do ano anterior.
- 3) nos cálculos de **RGMn**, RGDn, **DMn** e **DDn** dos anos projetados (linhas 5, 11, 16 e 22 respectivamente), se o resultado não for inteiro, arredondam-se para cima as frações >0,5 e para baixo as frações < 0,5.
- 4) nos cálculos de **CRGM, CRGD, CDM e CDD** dos anos projetados (linhas 5, 11, 16 e 22 respectivamente), se o resultado não for inteiro, arrendondam-se para cima as frações > 0,5 e para baixo as frações < 0,5.

## As linhas compreendem:

1 e 12. RGM1 - recém-graduados que iniciarão mestrado no ano projetado.

**DM1** — docentes que iniciarão mestrado no ano projetado.

$$RGM1 + DM1 = \frac{BMN}{\delta_{M}}$$

**BMN** é retirado dos "valores adaptados" do formulário  $n^{\circ}$  2 por área e  $\hat{O}$ MJ do formulário  $N^{\circ}$  2, relativo ao ano projetado.

A IES arbitrará o valor de **RGM1** em função de suas necessidades de capacitação de futuros docentes;este número deverá ser tal que:

Obtido o RGM1 calcula-se DM1:

$$DM1 = \frac{BMN}{\delta_M} - RGM1$$

 RGM2 — recém-graduados que iniciaram mestrado no ano anterior.

3. RGMn — recém-graduados que iniciaram mestrado há dois ou mais anos passados.

$$= (1 - \epsilon_{RGM}) \times RGM2_a$$

4. TRGM — total de recém-graduados em curso de mestrado.

$$= RGM1 + RGM2 + RGMn$$

5. CRGM — recém-graduados previstos para concluírem mestrado no decorrer do ano projetado.

6 e 17. RGD1 - recém-graduados que iniciarão doutorado no ano projetado.

DD1 — docentes que iniciarão doutorado no ano projetado.

$$RGD1 + DD1 = \frac{BDN}{\delta_{\mathbf{D}}}$$

BDN é retirado dos "valores adaptados" do formulário  $N^\circ$  2 por área e  $6_D$  do formulário n9 2, relativo ao ano projetado.

A IES arbitrará o valor de RGD1 em função de suas necessidades de capacitação de futuros docentes; este número deverá ser tal que:

Obtido RGD1 calcula-se DD1:

$$DD1 = \frac{BDN}{\delta_D} - RGD1$$

 RGD2 - recém-graduados que iniciaram doutorado no ano anterior.

= RGD1<sub>a</sub>

 RGD3 - recém-graduados que iniciaram doutorado há dois anos passados.

= RGD2<sub>a</sub>

9. RGDn — recém-graduados que iniciaram doutorado há três ou mais anos passados.

 $= (1 - \epsilon_{RGD}) \times RGD3_a$ 

**10. TRGD** — total de recém-graduados em cursos de doutorado.

= RGD1 + RGD2 + RGD3 + RGDn

11. **CRGD** — recém-graduados previstos para concluírem doutorado no decorrer do ano projetado.

 $=\epsilon_{RGD} \times RGD3 + RGDn$ 

**12.** já foi calculada juntamente com a linha 1.

13. **DM2** — docentes que iniciaram mestrado no ano anterior.

- DM1<sub>a</sub>

DMn — docentes que iniciaram mestrado há dois ou mais anos passados.

=  $(1 - \epsilon_{DM}) \times DM2_a$ 

15. **TDM** - total de docentes em curso de mestrado.

= DM1 + DM2 + DMn

 CDM - docentes previstos para concluírem mestrado no decorrer do ano projetado.

= ε<sub>DM</sub> × DM2 + DMn

- 17. já foi calculada juntamente com a linha 6.
- DD2 docentes que iniciaram doutorado no ano anterior.
  - DD1<sub>a</sub>
- 19. DD3 docentes que iniciaram doutorado há dois anos passados.
  - = DD2<sub>a</sub>
- 20. DDn docentes que iniciaram doutorado há três ou mais anos passados.

$$= (1 - \epsilon_{DD}) \times DD3_a$$

- 21. TDD total de docentes em curso de doutorado.
  - = DD1 + DD2 + DD3 + DDn
- 22. CDD docentes previstos para concluírem doutorado no decorrer do ano projetado.

- 23 a 27. seguir as instruções para o preenchimento das mesmas linhas do diagnóstico.
- 28. CC contingente de compensação.

  O valor de CC deverá ser estimado pela IES em função do remanejamento de carga didática que possa serefetuadoem cada departamento; entretanto,para efeito de financiamento pelo DAU (nas federais) não poderá ultrapassar metade do total de docentes afastados pelo PICDI, subprograma A, que deverá ser estimado pela fórmula:

$$TDT^* = \delta_T \times TDT$$
, então:  
 $CC \leq \frac{TDT^*}{2}$ 

- 29. EA expansão académica, havida no decorrer do ano anterior.
  - = γ x TP<sub>a</sub>

- 7 é retirado do formulário n°. 2 por área de conhecimento.
- 30. TD total de docentes com título de doutor.

  = TD<sub>a</sub> + CDD<sub>a</sub> + CRGD<sub>a</sub>
- 31. TM total de docentes com título de mestre.

$$= TM_a + CDM_a + CRGM_a - CDD_a$$

32. TCT - total de docentes com título de mestre ou de doutor.

33. TST - total de docentes sem título de mestre ou de doutor.

34. TP — total de docentes.

$$= TP_a + EA = TCT + TST$$

# **OBSERVAÇÕES:**

No cálculo das linhas 33 e 34 foi considerado que a expansão académica se deu com a absorção dos recém-graduados que concluíram mestrado ou doutorado no ano anterior e os demais sem titulação. As possíveis contratações de mestres e doutores (não oriundos do PICD) não são levadas em consideração para contrabalançar as eventuais desistências ocorridas durante o processo de formação e as perdas de mestres e doutores.

## DIAGNOSTICO E PLANO PLURIANUAL

Area:		000 1 2	Ano Atual	Ance Projetodos			
Departament	10.	Statement of the	1979	1980	1981 1982		1983
1,700.0	2. 1	(1) R G M 1	Harrier or St.				
Recém-Gradi	uados	(2) RGM2	11	12,000		Marie Pari	
em Mestrado		(3) R G Mn	u bla	- T	T	32.	
***********		(4) TRGM	Jones L.	Com I		Moutan	10 14
Conclusões	(5) CRGM	MARK!	I SIN SUI	ados.			
Chichia	V . 88/30	(6) RGD 1	7		1		
Recem-Grad	un des	(7) RGD 2		144			
em.		(8) RGD3					
Doutore	60	(9) RGDn	104.11		-	-	
		(ig) TRGD	AGE N	7 7 0	12 11	120	1200
	Conclusões	(i) CRGD					
	3013-23	(i2) DM I	<b>UDXIII</b>	I promise	I JIME	MACHINE !	- Grant
Docentes		(i3) DM 2	9.0 0.63	101.403	N DIOLO	do.	
Mestrodo		(4) DM n	- 1 cm	a Dry	1 1	-	
		MOT (e)	a liter	-	(3)	36	
747	Conclusões	(6) C D M	Table 6	Total retail	est most		The Land Land
		(1) 00 (1)					
Docentes		(ii) DD 2					
em Doutorado		(19) DD 3	Sept (Miles	Ta (88)	BYAGE	630	
		(2) D Dn	Ph with a	Service.	-	Maria .	40.00
		(2) TDD	276	Design of	o most	0.6	-
	Conclusões	(22) CDD		3.1199		Major .	
Total de Recém- em Treinament	Graduados	(23) TRGT			E Comment	1901	
Total de Docente Traingmento	es em	(24 TDT	Raire	100	STEPLES	INA	100
Total de Treinan em Mestrado	nentos	(25) TTM		12 39	Sent 1	1.328	
Total de Treina em Doutorado	mentos	(e) TTD			The same	100	
Total de Treis		(a) T T			1	100	-
Configents de Con	penegdo	(24) C C					
Expansão Acadi	inica	(29) E A			x (70)	and the	
Total de Deutores Total de Mestres Total de Decentes a/ Titulação Total de Decentes s/ Titulação		(69 TD					
		(31) T M	GC	THE			
		(52) T C T		1 4 1			
		do (3) TST					
Total de Docent	**	(34) TP		1 7		100 200	-
ERGM.		€ <sub>RGD</sub> :	T	DM:		€00+	-

## 82 FORMULÁRIO N9 2 - ÍNDICES DE CAPACITAÇÃO

#### 8.2.1 Caracterização

Este formulário compreende quatro quadros:

- A. percentuais de docentes com titulação de mestrado ou doutorado discriminados pelas áreas fundamental e aplicada:
- B. taxas de afastamento pelo PICD I, subprograma A (mestrado e doutorado no país), e consequente número de bolsas novas solicitadas à CAPES, discriminadas pelas áreas fundamental e aplicada e pelos níveis de curso;
- C. taxas de participação do PICD-1, subprograma A, no conjunto de todo o programa de capacitação docente da IES para mestrado e doutorado:
- taxas de expansão académica relativa ao corpo docente para atendimento das necessidades normais de crescimento da instituição, discriminadas pelas áreas fundamental e aplicada.

Convém ressaltar que a sistemática introduzida, a partir de agora, na elaboração do plano plurianual altera profundamente o seu significado. De um exercício numérico, através do qual as IES pura e simplesmente aplicavam cálculos e fórmulas previamente ditadas pela CAPES e solevando em consideração o subprograma A do PICD-1, com a única liberdade de não usar toda a cota de bolsas prevista nas instruções ou de nela fazer pequenas alterações, passa-se a um planejamento mais consciente e real, no qual cabe às IES definirem seus próprios critérios, consubstanciados nas partes B, C e D do formulário Nº 2, e no rodapé do formulário n°. 1.

As informações a serem lançadas no formulário de índices de capacitação destinam-se a possibilitar a elaboração do plano plurianual (parte B do formulário n°. 1), estabelecendo os critérios de transposição dos dados do ano anterior para o ano projetado; assim sendo, alguns dados se referirão ao ano projetado, enquanto outros serão relativos ao ano anterior

As IES que participaram pela primeira vez do PICD, bem como as IES de pequeno porte (menos de 3.000 alunos), só deverão preencher a coluna do ano de 1980 do plano plurianual e portanto só preencherão o formulário Nº 2 uma única vez, referente ao ano projetado de 1980.

As IES de médio e grande portes (de 3.000 ou mais alunos) que já participaram do PICD deverão preencher as quatro colunas do plano plurianual (1980 a 1983) e consequentemente preencherão o formulário N°2 quatro vezes, uma para cada ano projetado.

## 8.2.2 Instruções

As instruções a seguir referem-se ao formulário n9 2 relativo ao ano projetado de 1980.

Os índices "F" e "A" referem-se respectivamente às áreas fundamental e aplicada e o índice "C" refere-se ao conjunto das duas áreas.

Os índices "M" e "D" referem-se respectivamente aos níveis de mestrado e doutorado e o índice "T" refere-se aos dois níveis de titulação tomados em conjunto.

#### QUADRO A: Percentuais de titulados do ano anterior

Os percentuais de titulados serão obtidos utilizando-se dados constantes do diagnóstico.

— percentual de docentes com título de mestre ou doutor na área fundamental 
$$\left(\frac{\text{TCT}}{\text{TR}}\right)_{x}$$
 100%

## QUADRO B: Taxas de Afastamento e Solicitação de Bolsas Novas

As taxas de afastamento (cr ) e as solicitações de bolsas novas (BMN e BDN) referem-se ao ano projetado.

Primeiramente estes valores serão determinados em função dos percentuais de titulação calculados no quadro A e dos potenciais de candidatos a mestrado e a doutorado (**PCM** e **PCD**) que são obtidos a partir de dados constantes do diagnóstico:

$$(PCM)_F$$
 - potencial de candidatos a mestrado da área fundamental =  $(TST - TDM)_F$ 

$$(PCM)_A$$
 - potencial de candidatos a mestrado da área aplicada =  $(TST$  -  $TDM)_A$ 

 $= (TM - TDD)_{F}$ 

$$(PCD)_A$$
 - potencial de candidatos a doutorado da área aplicada =  $(TM - TDD)_A$ 

Recomenda-se que a nível institucional seja identificado com maior precisão o seu potencial de candidatos a bolsas por área de conhecimento, utilizando outras variáveis, além da titulação, tais como: idade, tempo de serviço, categoria funcional, estado civil e outras.

Neste sentido, caso a IES tenha condição de eliminar do potencial de candidatos os que não queiram ou não possam participar do programa de capacitação docente, deverá colocar no quadro C os valores reais de PCM e PCD para as duas áreas, que serão necessariamente menores que os calculados pelas fórmulas indicadas acima.

O s "valores calculados" d u e são iguais para mestrado e doutorado, são retirados do quadro constante na parte superior do formulário nº 2, de acordo com os valores de calculados no quadro A.

Os "valores calculados" de BMN\*e BDN\* são determinados pelas fórmulas a seguir:

(BMN\*)F

	datos da área fundamental  = $\alpha \times (PCM)_F$
(BMN*) <sub>A</sub>	número de bolsas novas para mestrado para candidatos da área aplicada  = $\alpha_A$ x (PCM)

número de bolsas novas para mestrado para candi-

(BMN\*)c número de bolsas novas para mestrado para o conjunto de candidatos das duas áreas

= 
$$(BMN^*)_F + (BMN^*)_A$$

 $(BDN^*)_F$  número de bolsas novas para doutorado para candidatos da área fundamental

$$= \alpha_F \times (PCD)_F$$

(BDN\*)<sub>A</sub> número de bolsas novas para doutorado para candidatos da área aplicada

$$= \alpha_{\mathbf{A}} \times (\mathbf{PCD})_{\mathbf{A}}$$

$$(BDN^*)C$$
 - número de bolsas novas para doutorado para o conjunto de candidatos das duas áreas 
$$= (BDN^*)_F + (BDN^*)_A$$

TOTAL - número de bolsas novas para mestrado e doutorado para o conjunto de candidatos das duas áreas

= 
$$(BMN^*)_{c}$$
 +  $(BDN^*)_{c}$  =  
=  $(BMN^*)_{F}$  +  $(BMN^*)_{A}$  +  $(BDN^*)_{F}$  +  
+  $(BDN^*)_{A}$ 

Obtidos os "valores calculados" de bolsas novas por área de conhecimento e nível de curso, a IES verificará a compatibilidade dos mesmos com a sua política de capacitação de docentes e respectivos objetivos, levando em conta a vocação própria e peculiaridades atuais.

Não havendo compatibilidade, serão feitas as alterações necessárias, e preenchidos os 'Valores adaptados" de **BMN** e **BDN** por área de conhecimento.

As alterações eventualmente feitas deverão, tanto quanto possível, buscar manter o custo do programa ao nível dos valores do modelo CAPES. O remanejamento de bolsas será feito de preferência da área aplicada para a fundamental e a transformação de bolsas de doutorado em mestrado, e vice-versa, será de acordo com as necessidades da instituição.

Para manter o custo do programa ao nível do modelo CAPES, as transformações de bolsas de doutorado em bolsas de mestrado e vice-versa deverão estar na proporção aproximada de duas bolsas de doutorado para três de mestrado.

A partir dos "valores adaptados" de **BMN** e **BDN** serão recalculadas as taxas de afastamento, salientando-se que agora não mais serão necessariamente iguais os valores de **a para** para mestrado e doutorado.

- taxa de afastamento na área fundamental para mestrado
$$= \frac{(BMN)_F}{(PCM)_F}$$
- taxa de afastamento na área aplicada para mestrado
$$= \frac{(BMN)_A}{(PCM)_A}$$

$$^{\alpha}$$
A, D taxa de afastamento na área aplicada para doutorado
$$= \frac{(BDN)_{A}}{(PCD)_{A}}$$

## QUADRO C: Taxas de Participação do PICD na Capacitação de Docentes da IES

Neste quadro serão lançados os dados relativos às taxas de participação do PICD-I subprograma A no programa global de capacitação de docentes da IES tanto para o ano projetado como para o diagnóstico.

Para simplificação do planejamento, **não** será calculada a participação do PICD por área (fundamental ou aplicada) mas tão somente para o conjunto das duas áreas e o valor médio obtido será utilizado para a projeção em ambas as áreas.

Se a série histórica da IES mostrar grande disparidade na participação do PICD entre as duas áreas, a instituição poderá fazer o cálculo separadamente, construindo no verso do formulário N° 2 mais dois quadros C, um para cada área, colocando no anverso os valores referentes ao conjunto das duas áreas.

TTM\* = total de bolsas de mestrado (docentes e recémgraduados) do PICD (tirado do plano de aplicação do 1° semestre)

TTD\* = total de bolsas de doutorado (docentes e recémgraduados) do PICD (tirado do plano de aplicação do 19 semestre) taxa de participação do subprograma A do PICD-I no programa global de capacitação de docentes

TDT\*

TDT\* = total de bolsas de mestrado e doutorado para docentes do PICD (tirado do plano de aplicação do 1° semestre).

Para as instituições que participarão do PICD pela primeira vez os valores de / relativos ao diagnóstico serão nulos.

Para as instituições que têm o PICD como único programa de capacitação de docentes os valores de  $\hat{O}$  serão iguais a 1 (um).

Os valores de ô para o ano projetado serão estimados pela IES, levando em consideração os dados da série histórica e a maior ou menor participação que a instituição pretenda que o PICD venha a ter no seu programa global de capacitação de docentes.

No caso de IES que não possua série histórica por estar há apenas um ou dois anos no programa do PICD poderão ser usados para o ano projetado os mesmos valores do diagnóstico ou os valores médios dos dois anos anteriores.

Para as IES que participam pela primeira vez do programa PICD, e para as quais, portanto, os valores de ô do diagnóstico foram nulos, a estimativa dos valores de **δ** para o ano projetado poderá ser feita utilizando as fórmulas:

$$\delta_{M} = \frac{(BMN)_{C}}{TTM + (BMN)_{C}}$$

$$\delta_{D} = \frac{(BDN)_{C}}{TTD + (BDN)_{C}}$$

$$\delta_{T} = \frac{(BMN)_{C} + (BDN)_{C}}{TT + (BMN)_{C} + (BDN)_{C}}$$

Nas fórmulas acima (BMN)ç e (BDNU serão retiradas do quadro B ('Valores adaptados") e TTM, TTD e TT do formulário  $n^{\circ}$ . 1 (coluna do diagnóstico) relativo ao conjunto.

## QUADRO D: Taxas de Expansão Académica (γ)

Deve-se observar que a estimativa desta taxa nem sempre será fácil, principalmente em instituições que não disponham de um sistema de planejamento, cujo processo envolve planos plurianuais de expansão académica. Por outro lado, a expansão académica da instituição está sujeita a restrições financeiras impostas pelas fontes fornecedoras de recursos.

A CAPES sugere às instituições as seguintes diretrizes para a fixação da referida taxa:

- a elaboração ou reformulação do Plano de Expansão Académica, nas instituições que já dispuserem deste documento ou que tenham condições de prepará-lo. Nestes casos, a taxa considerada será extraída das metas deste Plano;
- 2) a avaliação provisória da taxa de expansão, até ser possível a elaboração do Plano anteriormente citado, com base nos seguintes critérios:
  - observação da série histórica de crescimento da instituição (crescimento do alunado, do orçamento, do número de docentes, do número de horas-docentes e de outras variáveis);
  - estabelecimento de modelo para a projeção destas variáveis para o próximo quinquénio;
  - verificação da compatibilidade da taxa com as restrições impostas pelas fontes de recursos da instituição e consequente correção da mesma

Para as instituições que não tiverem condição de estimar as taxas de expansão académica, sugere-se a utilização de 0,1 (um décimo) para ambas as áreas de conhecimento, bem como para o conjunto das duas áreas.

Observação:

Para o preenchimento do formulário Nº 2 para os outros anos projetados (1981, 1982 e 1983) seguir as mesmas instruções dadas para o ano de 1980, com as seguintes alterações:

- a) onde estiver escrito "diagnóstico" leia-se "ano anterior";
- b) no quadro C não é necessário preencher a linha do diagnóstico e.quanto aos anosprojetados, a IES deverá estabelecer a taxa de participação que o PICD deverá ter na capacitação de seus docentes, a partir da série histórica ou a partir de critério próprio, podendo ser mantida a adotada para 1980, se não houver meios de atualizá-la anualmente;
- c) a taxa de expansão académica para 1981, 1982 e 1983 pode ser mantida igual à de 1980 se a Instituição não tiver condições de atualizá-la anualmente.

## ÍNDICES DE CAPACITAÇÃO

#### TAXAS DC AFASTAMENTO SEGUNDO O PERCENTUAL DE TITULAÇÃO POR ÀREA- €

ÁREA		PERCENTUAL DE TITULADOS -0			
		β < 10%	10% < β < 20%	β ≥ 20%	
Ciências Fundamentail: Ciências Exatas. Ciências Biológicas, Ciências Sociais. Letras e Linguística, e Artes.	a k	0.20	0,16	0.12	
Ciências <b>Aplicadas:</b> Educação. Profissões Técnicas, Profissões da Saúde. Profissões Sociais e Profissões Agroindustriais	A <sup>E</sup>	0.15	0.12	0.09	

#### A) Percentuais de Titulados do Ano Anterior

Se-	da.	Br =
		•

#### B) Taxas de Afastamento e Solicitação de Bolsas Novas

		POTENCIAL	The same and the s	ORES UL ADOS	VALOR ADAPTA	
NIVEL	ÁREA	PCM	α	BMN*	BMN	α
10 case (b)	FUNDAMENTAL	albhas nistairi	Plus acci.	all alest track to	smf-	- 41
MESTRADO	APLICADA	D.J. Green disches	al observed	127 £ 30-01-701	a delimita	pZijes
	CONJUNTO			Committee and the	non-pind of	
		PCD	α	BDN*	BDN	α
	FUNDAMENTAL	Land or observe	7001	esas diary	-43	
DOUTORADO	APLICADA			-		
	CONJUNTO	WWW.			name of	
TOTAL		-		le ci tret, gin	nd (s	

#### C) Taxas de Participação do PICO na Capacitação de Docentes da IES

DIAGNÓSTICO	δ <sub>M</sub> °	δ <sub>D</sub> *	δ <sub>T</sub> *	
ANO PROJETADO	5 <sub>M</sub> -	δ <sub>D</sub> =	δγ*	

#### D) Taxas de Expansão Académica

Ye "	7. 2	NOTE:
MARKO 1995 OLD CAMUT	'A	7C

# 8.3 FORMULÁRIO N° 3 - PREVISÃO DE CANDIDATOS A BOLSAS NOVAS E A RENOVAÇÃO DE BOLSAS.

## 8.3.1 Caracterização

Este formulário refere-se à previsão de bolsas dos subprogramas A e B para o ano de 1980.

Nele serão relacionados os candidatos indicados pela IES para realizar cursos de pós-graduação no País e no Exterior, assim como bolsistas no país cuja Instituição recomenda renovação de bolsas durante o ano de 1980 (3/80 a 2/81).

## Este formulário permite que:

- a IES verifique se seus objetivos e metas estão sendo atingidos;
- a CAPES faça previsão do valor dos convénios a serem firmados com as IES:
- a CAPES estime demanda potencial do PICD em relação à área de conhecimento.

## 8.3.2 Recomendações Gerais

## SUBPROGRAMA A - MESTRADO E DOUTORADO NO PAÍS

a) Os candidatos a bolsa nova e os bolsistas recomendados para renovação deverão ser relacionados conjuntamente no mesmo formulário, de acordo com a instrução abaixo, relativa a ordenação e preenchimento dos campos.

OF	RDENAÇAO			CAMPOS
1.	candidatos a	bolsa nov	a	(1) a (9)
2.	bolsistas reco	mendados	s para	
	primeira reno	vação		(1) a (11)
3.	bolsistas reco	mendados	s para	
	segunda reno	vação		(1)a(12)
4.	bolsistas reco	mendados	s para	
	terceira	ren	ovação	(1) a (12)

- b) A Instituição deverá, também, ordenar a relação nominal por nível (M= Mestrado e D= Doutorado), assim como por ordem alfabética.
- c) A previsão é anual, portanto não segue o período do convénio; consequentemente, a indicação para bolsas novas e renovação deverá ser feita de acordo com as necessidades da Instituição para o ano de 1980, abrangendo os dois semestres (3/80 a 2/81).

#### SUBPROGRAMA B - BOLSAS NO EXTERIOR

- a) Será preenchida somente a relação de candidatos a bolsas novas no exterior.
- b) O preenchimento abrange do campo (1) ao (11).
- c) No campo (11), ao invés de Instituição, deverá constar o país onde está situado o curso pretendido pelo candidato.

#### Instruções 8.3.3

- Número de ordem (1)
- (2) Área - indicar com um "F" ou "A" (fundamental ou aplicada) a área a que pertence o departamento de origem do candidato (vide anexo 1 do Manual)
- (3) Departamento — nome do departamento a que o docente se vincula na Instituição, ou que indicou o recém-graduado
- Nome nome completo do candidato (4)
- Nível nível do grau académico pretendido sendo: (5) M = Mestrado

  - D = Doutorado
- (6) Área e subárea do PNPG - indicar o código da área e subárea de conhecimento correspondente ao curso, conforme a classificação apresentada no anexo 1 do Manual
- Início do curso informar o mês e ano em que terá ou teve (7) início o curso
- Início da bolsa informar o mês e ano em que terá ou teve (8) início a bolsa
- Número de parcelas previstas indicar o número de parcelas (9) previstas de pagamento de bolsa para o ano de 1980; não considerar auxílio-viagem como parcela
- (10)Curso e Área de Concentração - indicar no espaço correspondente primeiro o nome do curso e abaixo deste a área de concentração do curso
- Instituição indicar a sigla da instituição que oferece o curso, (11)seguida da sigla correspondente ao local onde está situado o curso. Ex.: PUC/RS para Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
- Desempenho Académico os dados constantes desta coluna (12)deverão ser transcritos dos formulários próprios da Instituição e integrantes do seu sistema de acompanhamento de bolsistas. Os dados deverão ser relativos ao desempenho académico do bolsista durante o 1º semestre de 1979

## ATENÇÃO:

Embora a Comissão não tenha que enviar à CAPES o relatório de desempenho de seus bolsistas referentes ao 2º semestre, deverá tê-lo à disposição da Assessoria da CAPES para verificação.

 Avaliação da Comissão PICD: a apreciação da comissão sobre o desempenho do bolsista no curso deverá ser feita a partir de seu relatório, sendo expressa no seguinte código:

MB = Muito Bom

B = BomR = Regular

I = Insuficiente

SA = Sem Avaliação

- Créditos acumulados: número de créditos que o bolsista acumulou desde o início do curso até o fim do 1º semestre de 1979.
- Créditos a cumprir: a diferença entre o total de créditos exigidos pelo curso e o total de créditos acumulados.

# **OBSERVAÇÃO:**

Não considerar nos créditos acumulados ou nos créditos a cumprir os que se referem a trabalho de tese.

Situação da tese: usar o seguinte código:

0 = o curso não exige dissertação

1 = não iniciada

2 = estudos preliminares ou elaboração do projeto

3 = em execução

4 = redação final

	Nº	DE ORDEM ÁRE A	-	Formulário
		MENTO	CH	ω
		ATA.	95	Carto stand
per distinguispe (USP exempt	ndrato di a	3017	4	MEC/DAU/CAPES
a side to the majorithm for the both	S-quality paid in			DA C
2 10 0 10 0 10 0 0 0	Date sisting	2		CAP
	m 8 - 8			2
	topolica rate	m		
100000000000000000000000000000000000000	Million de		ca	1
	4			1SAC
			10	DE
	N	LAET WE	9 6	2 3
			7	DIDA
Spill to be a light of bear	o topicolog	INÍCIO DO		TOS
THE RESERVE OF THE PARTY	000		00	PREVISÃO DE CANDIDATOS A BOLSAS NOVAS E A RENOVAÇÃO DE BOLSAS
	1 1 3	. o	9	OLS
E-10 ALL ROSSIES SERVICES	TAS	ONER DE		AS N
	w 6 mm 5	780	ō	OVA
40 100 1000 1000	5 8 8 8 8		225	G 0
had of the state of the				2 000
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	9			ENO NTES
				VAÇ
(10) Supply April 2 Confes	1	u		6
40 0 0000 000	CONCE	0	H	m
	1		100	8
1931-01-01 Hall CHANGE	State of the		-	5
1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	PER BUILDING	THUL	=	CHOIC
	7	- P P	- T	ann la
	0	CAO C	12	Supp
	ADOS	RED	171	rogra
	3812	AVALHEREDITOS SITUA-		Subprogramo - A (
	15	STI		2 2
	X	1		(

# 8.4 FORMULÁRIO № 4 - PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS EM BOLSAS NOVAS/RENOVAÇÕES

## 8.4.1 Caracterização

Este formulário permitirá à CAPES fixar o valor dos convénios semestrais a serem firmados com as IES com maior precisão. Nele serão relacionados os bolsistas novos e os bolsistas cuja Instituição recomenda renovação para o período abrangido pelo convénio, assim como conclusões e cancelamentos do período anterior.

## Portanto, existem duas partes:

- a) Dados sobre o bolsista: destinam-se à identificação do mesmo;
- b) Dados sobre o curso e bolsa: informam as características do curso do bolsista e situação da bolsa.

## 8.4.2 Recomendações Gerais

- O formulário será enviado à CAPES em 2 (dois) momentos:
- a) até 31/3 com a relação de bolsistas novos e renovados referente ao 1?semestre de 1980, assim como a relação das conclusões e cancelamentos efetuados no 2ºsemestre de 1979;
- b) até 15/7: com a relação de bolsistas que terão renovação no 29 semestre de 1980, bem como a relação das conclusões e cancelamentos havidos no lº semestre de 1980.

# ATENÇÃO:

- Haverá um 39 momento 31/8 em que este formulário será enviado à CAPES, quando a IES tiver novo bolsista integrado ao PICD no 2º semestre de 1980, ou quando houver conclusões e cancelamentos de bolsa não informados em 15/07/80
- Os dados contidos no formulário deverão ser atualizados semestralmente
- c) os bolsistas serão relacionados de acordo com a instrução abaixo relativa a ordenação e preenchimento dos campos:

ORDENAÇÃO	CAMPOS
1. bolsistas novos	(1)a(14)e(17)
2. bolsistas de primeira renovação	(1)a(14)e(17)
3. bolsistas de segunda renovação	(1)a(14)e(17)
4. bolsistas de terceira renovação	(1)a(14)e(17)
5. conclusões	(1)a(15)
6. cancelamentos	(1)a(14)e(16)

 d) a Instituição deverá também ordenar a relação nominal por nível (M =Mestrado e D =Doutorado), assim como por ordem alfabética.

## 8.4.3 Instruções

### A — Dados do bolsista

- (1) Número de ordem
- (2) Área indicar com um "F" ou "A" (fundamental ou aplicada) a área a que pertence o departamento de origem do candidato (vide anexo Ido Manual).
- (3) Departamento nome do departamento a que o docente se vincula na instituição, ou que indicou o recém-graduado;
- (4) Nome nome completo do bolsista
- (5) Ano de Nascimento
- (6) Estado Civil usar o seguinte código:

S = Solteiro C - Casado

D - Desquitado/Divorciado/Separado

V = Viúvo

(7) Categoria Funcional - usar o seguinte código:

T = Professor Titular

AD = Professor Adjunto

AS = Professor Assistente

AE = Auxiliar de Ensino

COL = Professor Colaborador

RG = Recém-Graduado

**TEC** = Técnico-Administrativo

- (8) Regime de Trabalho usar o seguinte código: 12, 20, 40 ou DE conforme o número de horas semanais de trabalho ou dedicação exclusiva.
- (9) Faixa Salarial usar o seguinte código:

a = Sem salário

b = até Cr \$6.500.00

c = de Cr\$ 6.501,00 a Cr\$ 17.000,00

d = de Cr\$ 17.001,00 a Cr\$ 22.500,00

e = de Cr\$ 22.501,00 a Cr\$ 28.000,00

f = mais de Cr\$ 28.000,00

- B Dados sobre o curso e bolsa concedida
  - (10) a (14) Usar a mesma instrução do formulário N°3 para os campos correspondentes.
  - (15) Concluiu o curso indicar a data (mês e ano) em que o bolsista recebeu seu título de mestre ou doutor e a partir da qual deixou de receber a bolsa. Os cancelamentos de bolsa determinados por qualquer outro motivo que não seja conclusão de curso deverão ser registrados na coluna seguinte.
  - (16) Bolsa cancelada indicar a data a partir da qual o bolsista teve sua bolsa cancelada e, para indicação do motivo do cancelamento, usando o seguinte código:

a = desistência do curso;

b = opção por outra bolsa;

c = desvinculação da Instituição;

d = desligamento determinado pelo curso;

e = desligamento por desempenho não satisfatório determinado pela Comissão;

f = outros motivos (especificar no rodapé do formulário).

(17) Número de meses - indicar o número de meses de bolsa a ser pago no período do convénio.

R a S Technology	N°de ordem Area	- 2	Formulário
enjegongermongermegipe ku Caraljun o puso – sodem s dets (mčs v m ku ku ljeji pok ni bjembi teogben sen njedo de men men sod dagađejih s partis da qual detson ste morbu	Deparlement	3	4 MECAN
manble que representative de bouse determina-  ne de la composição de la composição que min seta com  no al state de cisido etermino se registrador na com  no ales objects de la composição de l	Nome	DADOS DO BOLSISTA	MEC/DAU/CAPES  Subproyrams A - Mastrado e Doutrisrado no Pata  PLANO DE A PLICAÇÃO DE RECURSOS EM BOLSAS NOVAS/RENOMÇÕES-CONVÊNIO N.º
and the state of the same of t	Ano de noscimento	5	O DE RECU
omes also obtained by otherwises to be a second to	Estado civil Categoria funcional Regime de trabalho Faisa salarial	6 7 8 9	Subprograms A - Mastrado a Doutigrado no Peta O DE RECURSOS EM BOLSAS NOVAS/RENO
um sh granitu o traduci — escribito orașintibra e i di alizanoa ali stratur	Área e sub- área do PNPG	10	S NOVA
	Nome de curso	DADOS SOBRE OS CURSOS E BOLSAS CONCEDIDAS	a/RENOMÇÕES-COI
6 - de Crit 6:500 (X 1 - de Grit 6:500 (X	IES que oferece o curso	OS CURSOS E	EVÊNIO Nº
4 2 4 CG (1300)	£.	BOLSA	
To a mail of Crs 28.	hoise hoise man/ano)	AS CONC	
	a ta di	EDIDAS	0
	Bolsa con- celadu (da: fa/motivo)	16	
	25	77	

## 8.5 FORMULÁRIO N°5 - Relatório Anual - Custos por Fontes de Recursos

#### 8.5.1 Caracterização

O formulário de relatório de custos destina-se ao registro das despesas realizadas com a execução do Subprograma A durante o exercício correspondente aos convénios, ou seja, de março de 1979 a fevereiro de 1980.

O formulário compõe-se de três colunas:

- QUANTIDADE destinada à especificação numérica.
- VALOR UNITÁRIO MÉDIO para especificação correspondente.
- VALOR TOTAL onde consta o total dispendido com cada item durante o exercício.

## 8.5.2 Instruções

# a) A CARGO DA INSTITUIÇÃO

Despesa com a:

 Manutenção dos Salários: inclusive encargos sociais dos docentes (e técnicos) afastados para treinamento.

Quantificar as despesas pagas para cada item, considerando o exercício como tendo início em março de 1979 e término em fevereiro de 1980.

## b) A CARGO DO DAU (ou da IES não-federal)

As despesas descritas a seguir foram atendidas pelo DAU somente para as instituições federais.

- Contigente de Compensação: despesa anual com a contratação dos substitutos, inclusive encargos sociais.
- Auxilio a Recém-Graduados: despesa com a complementação da bolsa dos recém-graduados.

### c) A CARGO DA CAPES

- Bolsas de Estudo no País: conjuntos de 12 (doze) parcelas mensais pagas.
- Auxílio-viagem: parcelas realmente pagas aos bolsistas novos para seu deslocamento para o local do curso.

RELATÓRIO ANUAL - (EN	Cr\$ 1.000)	DE RECURSOS	CANO
FONTES DE RECURSOS	QUANTIDADE	VALOR UNITA'RIO	VALOR
STITUIÇÃO	ni comitmo	enuly's 1	1 6-1
Despesas de Custelas  Manutenção dos solários:  Docentes em mestrado  Docentes em doutorado  Técnicos em mestrado	MINE - JATON	minuted in the state of the sta	
SUBTOTAL I			1 2 15
DAU (OU IES NÃO FEDERAL.)  Despesse de Custeio Contingente de compensação  Auxílio a recém-graduados	old of ormor water 1911 to colory ib a p DAC DEC 1 a furtisels so	HALLES	
SUBTOTAL 2			
Boisa no Pafe  Mestrado: Docentes Recém-graduados Técnicos Doutorado: Docentes Recém-graduados Auxílio-viagem 3	de Rockmalegic la bolist dos atach D DA CAPUS de Estado no Pa a pages. de siagrar - pagest desi ana dell'atach		Self-Characters at the contraction of the contracti
SUBTOTAL 3			
TOTAL GERAL			

### 8.6 FORMULÁRIO N°. 6 - Relatório de Desempenho dos Bolsistas

Este formulário destina-se a permitir à instituição uma visualização do desempenho de todos os bolsistas vinculados ao Subprograma A, segundo a avaliação da Comissão PICD durante o ano de 1980.

Os dados para o seu preenchimento são retirados dos formulários próprios da instituição que integram o seu sistema de acompanhamento de bolsistas.

TOTAL	Mestrado: Docentes Recém-gr Técnicos Douborado: Docentes Recém-gr	g	entra entra	910			100	o O
TAL	ddo: Docentes Recém-graduadra Técnicos redo: Docentes Recém-graduados	CATEGORIA		e :				MEC/DAU/CAPES
		DO CURSO	BOLSISTAS					
100.0	con factority	Mullo bom					ZJ	
		809	DES		IP SEMESTRE		ELATÓ	3
	5,91016,	Regular	DESEMPENHO		STRE		RELATÓRIO DESEMPENHO DOS BOLSISTAS	Subprograma A – Meshado e Doutarado no País
er ich	(42	Insufici-					MPENHO	A - Mestrod
	og heig stilet ti	Sem aval.					DOS BOL	b s Douterad
e na Pri		DO CURSO	BOLSISTAS				SISTAS	Subprograma A — Meshrabe Douterada na País
Take of the last	ing and the same of the same o	Muito bom						
land hard		Bon	8		27 SEMESTRE			
	sukrorku s	Regular	DESEMPENHO		RE	0		0
	TOTAL BEAL	Insufici-	0			1		mo III on an
		Sem avai		1				480

### 8.7 FORMULÁRIO № 7 - Resumo do Desenvolvimento do PICD-I por Projeto Operativo Anual

### 8.7.1 Caracterização

0 formulário Nº7 destina-se a:

- permitir uma visualização sintética da evolução do PICD-I na instituição;
- servir de subsídios para o diagnóstico e formulação de políticas de capacitação de docentes;
- proporcionar indicadores de eficiência do subprograma na instituição.

As instituições que participaram do CID/75 deverão elaborar seu próprio quadro-resumo incluindo aquele projeto anual.

### 8.72 Instruções

Bolsas novas concedidas — Para 1976 e 1977 correspondem ao número de bolsas novas concedidas parcelas de 12 mensalidades mais auxílioviagem, com valores correspondentes ao nível de mestrado ou doutorado, conforme o convénio firmado no início de cada ano. Para 1978, 1979 e 1980 indicar o total das bolsas constantes do Plano de Aplicação (sintético) em anexo ao termo de convénio do primeiro semestre.

Bolsas novas utilizadas - Número de bolsas novas efetivamente utilizadas. Corresponde aos conjuntos de 12 (doze) mensalidades pagas aos bolsistas que foram incluídos no programa no ano correspondente.

Cancelamentos — Número de bolsistas que tiveram suas bolsas canceladas por qualquer motivo, exceto conclusão de curso.

Renovações - Número de bolsas renovadas, ou seja, de parcelas de 12 meses pagas.

Conclusões — Número de bolsistas que obtiveram seus títulos de mestrado ou doutorado.

Retornos — Número de docentes titulados que retornaram à instituição e de recém-graduados titulados que foram contratados pela mesma.

Total de bolsas-ano — Uma bolsa-ano é definida como conjunto de 12 mensalidades e auxilio-viagem (bolsa nova) ou 12 mensalidades (renovações). O total de bolsas-ano é o número de todas as bolsas-ano efetivamente utilizadas na execução de cada projeto anual.

Total de bolsas-ano = TBA = A + B + C + D, sendo:

A = Bolsas novas utilizadas

B = 1<sup>a</sup>. Renovação

C = 2<sup>a</sup>. Renovação

D = 3<sup>a</sup>. Renovação

Total de conclusões

TC = a + b + c + d + e, nas colunas correspondentes.

Bolsas-ano por mestre — (BAM) é o número de bolsas-ano que foi utilizado para cada bolsista que obteve seu título de mestre.

BAM = TBA / TC

Num sistema "ótimo" o número de bolsas-ano por mestre é igual a 2. Este sistema pressupõe todos os bolsistas realizando cursos de mestrado em dois anos e sem redução do número inicial por cancelamento.

O PICD-I na instituição será tanto mais eficiente quanto mais o seu BAM aproximar-se de 2.

Bolsas-ano por doutor — (BAD) é o numero de bolsas-ano que foi utilizado para cada bolsista que obteve seu título de doutor.

BAD = TBA / TC

Num sistema "ótimo" o número de bolsas-ano por doutor é

OBSERVAÇÃO: A IES que tiver no Subprograma A técnicos em treinamento deverá colocá-los como docentes.

igual a 3.

1	MECADALIACAPES	NPES		,		N. A.	DWSTITUCIONAL DE CAPACITAÇÃO DE DOC Subprogramo A - Mestrado e Doctorado no Puis	JOHAL D	Hrudo + D	TAÇÃO De formado	PLANO MSTITUCIONAL DE CAPACITAÇÃO DE DOCENTES Sulprogramo A - Mestrado e Doutorado no Puís			7			- матітирАо	0	U	2	980	1
-				RESU	МОБО	DESE	RESUMO DO DESENVOLVIMENTO DO PICO POR PROJETO OPERATIVO ANUAL	ENTO	8	ICO PO	R PROJE	TOOPE	RATIV	) ANUA	4							
					PICD/76	1		PICD/77	11			P4C0/78	/78	-	L	PHO	PIC0/79			PIG	PICE/80	
			Mextrado	8 4	Doutereds DOC RC	990	Mentrodo	90		Douberads oc. 845	Mestrado		Doe	Douterado Oc. RG	Mestrado	9 8	Doc	Covherade 50C RG	Mestrado 000	2 4	Doc Mg	9 00
-	Balage noves concedible	L				T								10		3.		3.				
08	Bullays hores utilizedes	4																	×	×	×	×
44 41	Cangelomentos																		×	×	×	×
-	Conclution																		×	×	ж	×
-	Renovações														L					×	ж	×
OHY	Concellomentos														×	×	×	×				
-	Concludes														×	×	×	×				
1	Renorações	v													×	×	×	*				
OHV	Cancelomentos										×	*	×	×		1						
	Concludes										×	×	×	×			B		靈			ᆲ
	Resurophes	0					Barre				×	×	м	*								
ONV	Concelimentes						100		×	×	2		CONTROL OF									
	Concludes						×		×	×												
ONV	Conclutions	-	×	×	×	×						^										
1	Relornon														L				×	×	×	×
	Tatal de Constradas	22																	×	×	×	×
	Total Boisss - Ann	184													ж	×			豐			8
	Bolues-Ano/Mostre	20.00										The state of			×	×						
	Boisss - Ane/Douter	BAD	1000	1		Γ	100												No.		额	

OBSERVAÇÃO OS CAMPOS ASSINALADOS SOS SERÃO PREENCHIDOS EM MARÇO DE 1981, NA OCA-REFERENTE AO PERÍODO 01/03/1980 a 28/02/1981

## 9. Prestações de Contas

### 9. PRESTAÇÕES DE CONTAS

### 9.1 RECOMENDAÇÕES GERAIS

As formas das prestações de contas são reguladas por portarias da Inspetoria-Geral de Finanças do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e devem ser rigorosamente observadas.

Três pontos devem ser destacados:

 a) A forma de prestação de contas das instituições vinculadas ao MEC difere da prestação de contas a ser efetuada pelas instituições não vinculadas ao MEC (instituições não-federais).

Segundo a portaria n°. 129, de 13/12/76 doInspetor-Geral de Finanças do MEC, as instituições vinculadas ao MEC estão isentas de encaminhamento à CAPES dos documentos comprobatórios da despesa. O mesmo não ocorre com as instituições não vinculadas ao MEC para as quais a documentação comprobatória da despesa deverá ser anexada à prestação de contas.

- b) Até que instruções específicas sejam emitidas, as prestações de contas deverão continuar sendo encaminhadas à Divisão de Atividades Auxiliares - D.A.A., da CAPES.
- c) As instruções apresentadas a seguir referem-se exclusivamente à prestação de contas relativas a convénios específicos para bolsas.

Para convénios com a CAPES, cujos recursos se destinam a outros fins, a Divisão de Atividades Auxiliares da CAPES possui instruções específicas.

### 9.2 INSTRUÇÕES

- a) Os recursos serão liberados pela CAPES após a assinatura dos convénios, e sua aplicação se fará de acordo com as cláusulas convencionais, obedecendose, rigorosamente, à distribuição dos créditos concedidos dentro das rubricas respectivas;
- b) a movimentação dos recursos será feita através da Caixa Económica Federal ou do Banco do Brasil S.A., conforme instrução da CAPES na ocasião da assinatura do convénio, em conta específica para os convénios firmados com a CAPES a ser indicada pela instituição;
- c) a CAPES reserva-se o direito de, em qualquer época, verificar, in loco, a documentação pertinente às despesas realizadas por conta dos recursos concedidos, ou vistoriar a execução dos programas ainda em fase de andamento, independente das auditorias a que estão sujeitas as entidades por parte dos órgãos fiscalizadores;
- d) exige-se que os demonstrativos apresentados estejam na forma estabelecida pelos modelos, permitindo-se, contudo, que se apresentem outras peças contendo novas informações esclarecedoras, desde que se faça necessário;
- e) as despesas reahzadas em desacordo com a classificação constante do convénio firmado serão glosadas, obrigando-se a entidade à devolução do valor impugnado;
- f) o pagamento das despesas deve ser feito através de ordens bancárias, preferencialmente, ou cheque nominativo;
- g) todos os documentos de despesas deverão conter, assinadas por quem de direito, as seguintes declarações: DECLARO QUE AS BOLSAS FORAM CONCEDIDAS, assim como o PAGUE-SE do ordenador da despesa ou do responsável pela execução do convénio;

h) os saldos dos recursos não aplicados serão restituídos à CAPES a crédito da conta própria, por ordem de crédito bancária, numerada e autenticada pelo banco, anexando-seumacópia à prestação de contas.

### 9.3 FORMAÇÃO DO PROCESSO

O processo de prestação de contas será constituído dos seguintes itens para cada convénio firmado com a CAPES:

### a) Capa

Os documentos e demonstrativos componentes da prestação de contas deverão ser protegidos por uma capa de processo contendo em sua face o nome da entidade, o número do convénio, o seu valor total e o exercício a que se refere, encaminhados até 30 dias após a vigência do convénio.

### b) Relatório Contábil: Modelo 01

Será relatado neste a aplicação dos recursos, devendo ser assinado pelo ordenador da despesa ou pelo executor do convénio, e pelo responsável pela contabilidade, os quais atestarão a correta aplicação dos recursos, a exatidão das contas e regularidade dos documentos apresentados, independentemente dos relatórios e outras informações que se hão de prestar em separado à Seção de Convénio da CAPES.

### c) Rol de Responsáveis: Modelo 02

Serão relacionados o ordenador da despesa, seu substituto e o responsável pela contabilidade.

### d) Balancete Financeiro: Modelo 03

Neste balancete serão inscritos os recursos recebidos, em consonância com o Demonstrativo da Receita, bem como as despesas realizadas por elemento, mencionando-se nele a restituição à CAPES do saldo não utilizado, se caso houver, para fins de fechamento das contas.

e) Conciliação do saldo bancário : Modelo 04
 Veja exemplo apresentado no modelo.

### f) Extratos bancários

Acompanham a prestação de contas extratos bancários da conta movimentada.

### g) Relação dos cheques ou ordens bancárias emitidos : Modelo 05

Relacionar todos os cheques ou ordens de créditos bancárias emitidos, referentes aos pagamentos efetuados.

# h) Ordem bancária referente à devolução do saldo não utilizados Observações:

- 1. Para as instituições vinculadas ao MEC os documentos comprobatórios da despesa devem ser mantidos no arquivo da instituição em suas primeiras vias, mencionando-se neles o convénio a que pertence.
- 2. As instituições não vinculadas ao MEC deverão anexar ao processo, depois da peça "g", os documentos de despesas, devidamente numerados e colocados na mesma sequência da relação.

### RELATÓRIO CONTÁBIL

Trata a presente prestação de con	ntas dos recursos de Cr\$
	(extenso),
recebidos da Coordenação do Aperfeiçoame	
em consequência do(s) convênio(s) firmado(s) com esta (nome da entidade)	
A verba foi aplicada com rigoro distribuição dos créditos concedidos na rubi havendo ocorrência de despesas inapropriad instruções recebidas e os dispositivos legais a regularidade e a exatidão das contas ora apr	las ou outra irregularidade que contrarie as aplicados à matéria, pelo que ATESTAMOS
Os demonstrativos anexos refle te podendo-se comprovar que as despesas foram	em fielmente as operações financeiras havidas, a feitas a favor dos bolsistas.
(Para as instituições não vinculad despesa seguem em anexo e são regulares.	las) - Os documentos comprobatórios da
(Para as instituições vinculadas ac encontra-se devidamente arquivada e à dispopara verificação em qualquer momento.	o MEC) - A documentação pertinente osição da CAPES e dos órgãos fiscalizadores,
	Data
Ass	Ass
Resp. p/contabilidade CRC N°.	Ordenador da despesa ou Resp. p/execução do convénio.
seus termos, mantidos seus elen	lo como subsídio, podendo ser alterado nos nentos essenciais, desde que os responsáveis e concordância fiel dos demonstrativos con-

tábeis com as operações financeiras realizadas.

### **ROL DOS RESPONSÁVEIS**

	Entidade:
	Endereço:
	Convénio:
	ORDENADOR DA DESPESA OU EXECUTOR DO CONVÉNIO:
	Nome:
	Cargo ou Função;
	Ato designatório:
	Período de exercício:
2.	SUBSTITUTO DO ORDENADOR DA DESPESA OU DO EXECUTOR DO CONVÉNS
	Nome:
	Cargo ou Função:
	Ato designatório:
	Período de exercício;
3.	RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE:
	Nome:
	Cargo ou Função:
	Ato designatório:
	Período de exercício:

# BALANCETE FINANCEIRO

Entidade:

Convénio:

	Cr\$	36.240,00	760,00	40.000,00	
DESPESA	TÍTULOS	DESPESAS BOL.SAS: Auxílios-Viagem: SALDO: (Importância restituída à	CAPES conforme comprovante anexo).	TOTAL	Data;
	Cr\$	40.000,00		40.000,00	Data;
RECEITA	TÍTULOS	RECURSOS RECEBIDOS Importância recebida da CAPES conforme convénio supracitado		TOTAL	

Resp. p/contabilidade CRC N°

Ordenador da despesa ou responsável pela execução do convénio

### CONCILIAÇÃO DO SALDO BANCÁRIO

Entidade:		
Convénio:		
CAIXA ECONÓMICA FEDERAL - Conta n°. X Saldo apresentado pelo banco conforme extratos bancários anexos, em data de		15.760,00
MENOS: Saldo existente na mesma conta pertencente a outro convénio (mencionar o convénio)	15.000,00	
Saldo de recursos não utilizados e resti- tuído à CAPES, conforme ordem bancária anexa	760,00	(15.760,00)
Saldo apresentado pela escrita do convénio pertencente a esta prestação de contas		- 0 -
Data:		
AssResp. p/contabilidade CRCN <sup>0</sup>	Ordenador d Resp. p/exe convénio.	la despesa ou cução do

NOTA: Em lugar de "CAIXA ECONÓMICA FEDERAL" poderá ser "BANCO DO BRASIL S.A." conforme a instrução da CAPES no convénio.

100

### RELAÇÃO DOS CHEQUES E DAS ORDENS DE CRÉDITO EMITIDOS

Entidade:			
Convénio:			
N° do Documento	FAVORECI DO	N° do cheque ou ordem de crédito emitida	IMPORTÂNCIA
	T	DTAL	Cr\$ 40.000,00
	Data:		
Ass		Ass	
	Resp. p/contabilidade		nador da despesa ou
	CRC'N°	exe	ecutor do convénio

### **ANEXOS**

ÁREAS E SU	BÃREAS DO CONHECIMENTO (PNPG)
1. EDUCAÇÃO la Administração Educacional lb. Planejamento c Avaliação Educacionais lc Fundamentos da Educação Filosofia da Educação. História da Educação, Sociolo- gia da Educação. Esconomia da Educação. História da Educação. Psicologia da Edu- cação) ld. Enslno-Aprendizagem, Tecnologu Educa- cional, Avaliaçio da Aprendizagem le. Currículo e Supervisão li. Onenuçio Educacional e Vocacional lf. Educação Permanente lh Educação Permanente lh Educação Sesecial li. Outros  2. CIÊNCIAS EXATAS 2a. Finca e Asuonotnia 2b. Matemática 2c. Informatica (C. da Computação) 2d. Estatistica 2e. Química 2c.1 Química Cc.2 Química Inorgânica 2c.2 Química Lanalítica	6. PROFISSÕES DA SAÚDE  6a. Medicina  6a.1 Angiologia  6a.2 Anatomia Patológica  6a.3. Cardiología  6a.4 Cirurgia Geral  6a 5 Cirurgia Gastroenterologica  6a.6 Cirurgia Toraxica  6a.7 Dermatología  6a.8 Endocrinología  6a.9 Gastroenterología  6a.10 Ginecología  6a.11 Hematología  6a.12 Medicina Interna  6a 13 Med. Preventiva c S. Pública  6a 14 Medicina Tropical  6a.15 Netrología  6a. 17 Nutrología  6a. 18 Oftalmología  6a. 19 Ortopedía e Traumatología  6a. 19 Ortopedía e Traumatología  6a. 20 Otorrinología  6a. 21 Pediatria  6a. 22 Pneumología
2c.3 Quimea Analitica 2c.4 Físico-Químea 2f. Geociências  J. CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	6a 24 Radiologia 6a.25 Reumatologia 6b. Odontologia 6c Farmácia
3a. Biología 3b. Bioquímica 3c. Botánica 3d. Entomología	6d. Nutrição 6c. Enfermagem 6f. Educação Física  7. PROFISSÕES SOCIAIS
3c. Farmacologia 3f. Fisiologia 3g. Genética 3h. Imunologia 3i. Microbiologia e Imunologia 3j. Morfologia (AnatHisl., Embriologia) 3L. Parasitologia 3m. Zoologia 4. CENCIAS SOCIAIS 4 a. Sociologia 4b. Antropologia 4c. Ciência Política	7a. Administração A Direito 7c. Biblioteconomia 7d. Comunicação 7d.1 Jornalismo 7d.2 Relações Públicas 7d.3 Propaganda 7d.4 Teoria da Comunicação 7d.5 Ciências da Informação F. Arquitetura e Urbanismo 7f. Serviço Social
4c. Ciencia Política 4d. Filosofia e Teologia 4c História 4f. Geografia 4g. Ixonomia 4h. Psicologia	8. PROFISSÕES AGROINDUSTRIAIS  8a Agronomía  Sb. Zootecnia  8c. Veterinária  8d. Florestas  8c. Alimentos - Ciência e Tecnologia
5b. Engenharia Biomédica Sc Engenharia Civil 54. Engenham Elétnca. <u>Ektron.Com.</u> Se. Engenhama Mecânica 5f. Eng <sup>a</sup> Metal, de Materiais c Minas	9. LETRAS E LINGUISTICA 9a. Língua Portuguesa 9b. Línguas Estrangeiras 9c Literaturas Vernáculas e Teoria Lucraria 9d Literaturas Estrangeiras 9c. Linguística
5g. Engenharia Naval 5h. Engenharia Nuclear 5l. Engenharia de Produção 5J. Engenharia Química SI. Engenharia de Sistemas	10.ARTES 10a. Artes Cénicas 10b. Artes Plásticas 10c. Cinema (Od. Música 10e. Dança 10f. Educação Artística

### **ANEXOU**

### CRONOGRAMA DE BOLSAS NO PAIS

### 1979 MARÇO

2ª. quinzena — Envio as instituições do Manual do PICD/80 Envio pelas Instituições à Coordenação Nacional

doPICD-I do Relatório Anual de 1978.

Envio à CAPES (DAA) da Prestação de Contas do Convénio do 2º semestre de 1978 (09/78 a 02/79).

Envio à CAPES do Plano de Aplicação Analítico do Convénio do 1º semestre de 1979 e do Aditivo, se houver (03/79 a 08/79).

### **ABRIL**

1 a e 2a

quinzenas — Estudo do Manual do PICD/80 pelos Membros da Comissão PICD da Instituição.

### MAIO

- 1ª quinzena Reuniões com Presidentes de Comissões PICD para discussão do Manual e das Políticas Institucionais.
- 2ª. quinzena Visita do Assessor da CAPES a cada Instituição que se inicia no PICD.
   Transferências às instituições da 2ª parcela do

Convénio do 1º semestre de 1979.

### JUNHO

 Definição ou Atualização dos documentos sobre Políticas Institucionais a serem incluídos no Projeto Anual para 1980.

Reunião em Brasília dos Assessores que auxiliarão à CAPES na análise dos Planos.

2ª quinzena — Definição pelo Departamento dos nomes dos docentes ou recém-graduados candidatos a Bolsa de Estudo no País. Cada comissão receberá do candidato seu dossiê (ficha de inscrição, indicação oficial do Departamento, histórico escolar, curriculum vitae).

### **JULHO**

1<sup>a</sup>. quinzena — Envio à CAPES do Plano de Aplicação Analítico do Convénio do 2? semestre de 1979 (09/79 a 02/80).

### **AGOSTO**

1?quinzena — Envio às instituições do Convénio do 2? semestre de 1979 (09/79 a 02/80), para assinatura do Reitor/Diretor.

2ª quinzena — Transferência às instituições da 1ª parcela do Convénio do 2º semestre de 1979.

Envio à CAPES do Plano de Aplicação Analítico do Aditivo ao Convénio do 2º semestre de 1979, se houver.

Devolução à CAPES (Divisão Técnica) das cópias do convénio do 1º semestre de 1979, devidamente assinadas

### **SETEMBRO**

1.ªquinzena — Reunião em Brasília para entrega e apreciação do PICD/80.

 2ª. quinzena — Análise pela CAPES dos Planos apresentados pelas Instituições.

Envio à CAPES (D.A.A.) da Prestação de Contas do Convénio do 1? semestre de 1979 (03/79 a 08/79).

### **OUTUBRO**

2ª. quinzena — Definição pela CAPES das quotas de bolsas no País por Instituição.

### **NOVEMBRO**

1<sup>a</sup>quinzena — Homologação pelo CTA da CAPES das quotas de Bolsas no País para cada Instituição.

2ª. quinzena — Divulgação das quotas de bolsas para 1980.

 Transferência às Instituições da 2ª. parcela do convê^ nio do 29 semestre de 1979.

### **DEZEMBRO**

1ª. quinzena - Envio às instituições do Convénio do 1º semestre de 1980 (03/80 a 08/80).

 2ª quinzena
 Devolução à CAPES (Divisão Técnica) das cópias do Convénio do 1° semestre de 1980 devidamente assinadas.

### 1980 JANEIRO

1ªquinzena — Treinamento da Comissão PICD local, pelo Presidente, sobre o Processo de Acompanhamento, Controle e Avaliação.

2<sup>a</sup>. quinzena — Devolução à CAPES (Divisão Técnica) das cópias do Convénio do 1<sup>o</sup>. semestre de 1980, devidamente assinadas.

### **FEVEREIRO**

1ª quinzena — Transferência às instituições da 1ª parcela Convénio do 1º semestre de 1980.

### **ANEXO III**

### CRONOGRAMA DE BOLSAS NO EXTERIOR

**ABRIL** 

MAIO

JUNHO

MARÇO — Comunicação aos candidatos recomendados com processos incompletos (P1CD/79).

 Envio pelos candidatos (PICD/79) das cartas de aceitação definitiva (pela Universidade Estrangeira) e Certificado de Proficiência em língua estrangeira (TOEFEL, Conselho Britânico, Aliança Francesa, ou Institutos autorizado? pelas Embaixadas).

 Julgamento final pelo CTA e homologação dos nomes dos bolsistas/79.

Divulgação dos resultados às instituições (candidatos PICD) e diretamente aos candidatos (demanda Social).
Abertura das Inscrições (15 de maio) nas Instituições de

 Abertura das Inscrições (15 de maio) nas Instituições de Ensino Superior (Coordenação local do PICD) para os candidatos a Bolsa de Estudo no Exterior em 1980 (prazo: 90 dias).

 Elaboração pela Assessoria Técnica da CAPES dos instrumentos e planejamento do processo de seleção das entrevistas dos candidatos a bolsa no exterior em 1980.

 Data-limite (30 de junho) para completar a documentação dos candidatos a bolsa no exterior PICD/79.

 Indicação oficial por Departamentos à Comissão local PICD dos docentes recomendados para bolsa no exterior -PICD/80.

JULHO - Encerramento das Inscrições (17 de julho)

AGOSTO - Pré-seleção.

SETEMBRO - Teste de idioma nos institutos credenciados (IBEU, Aliança Francesa, DAAD, Conselho Britânico, etc).

OUTUBRO - Entrevistas regionais para todos os candidatos (1ª quinzena).

— Análise interna pela CAPES da documentação dos candidatos.

NOVEMBRO — Análise pelos consultores (especialistas por área de conhecimento) dos candidatos entrevistados em outubro/79.

— Agregação dos resultados e análise estatística.

DEZEMBRO - Estudo comparativo pela Assessoria da CAPES entre os resultados das entrevistas e o parecer dos consultores.

### 1980

JANEIRO - Comunicação dos resultados aos candidatos náo recomendados (PIC D/80).

FEVEREIRO - Consulta pela CAPES aos Pró-Reitores ou Coordenadores PICD sobre as prioridades da Instituição.

# ANEXO IV INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES PICD/79

I — Subsistema Gerencial Manual Marcos Maciel Formiga

— Coordenador Nacional -CAPES - SAS - Q6 - Lote 04 - Bl. L - 70.070 - Brasilia - DF

II - Subsistema Operacional

INSTITUIÇÃO	COORDENADOR	ENDEREÇO	CIDADE	ESTADO	GH GH	QQQ	FONE	RETEMEC
REGIÃO NORTE								
Fund. Universidade Federal do Acre	Moacir Fecury Ferreira da Sirva	Av.Getúlio Vargas. 654	Rio Branco	AC	69.900	032	2797	RIBMR
Fund. Universidade do Amazonas	Rosa do Espirito Santo Costa	Rua José Paranaguá. 200	Manaus	AM	69.000	092	2343678	MANMR
Universidade Federal do Pará	Jussié Goncalves de Souza	Av.Gov. José Malcher. 1192	Belém	ΡΑ	000'99	094	2232122	BELMR
Centro de Estudos Sup. Est. Pari	Edson Franco	Av. Alcindo Cacela. 287	Belém	PA	900.99	160	2233004	
Faculdade de Ciências Agrárias do Pari		Av. Perime Mal. s/n	Belém	PA	000.99	091	2261710	
REGIÃO NORDESTE								
Fund. Universidade do Mararihio	Paula Frassinelti da Silva Sousa	Pr. Goncalves Dias, 66	São Luís	MA	65.000	860	2224144	SLMMR
Feder. Esc. Superiores do Maranhão	Rosa Maria Fiterman Lima	Cid. Untam. Paulo VI-Tirincal	São Luís	MA	65.000	860	2250030	
Fund. Universidade Federal do Piauí	António Trindade Barros	Campus Univ Ininga	Te resma	₫	64.000	980	2321212	TERMR
Universidade Federal doCearí	Sebastião de Alcântara Filho	Av.da Universidade. 2853-Benfka	Fortaleza	GE	00009	082	2230233	FORMR
Universidade de Fortaleza	Viliberto Cavalcante Porto	Av. Washington Soares, 1321-Água Fria	Fortaleza	S	000009	082	2277910	
Universidade Estadual doCeaará	Maria Luiza Barbosa Chaves	Av. do Imperador. 1369Centro	Fortaleza	CE	60.000	082	2310073	
Esc. Sup. de Agricultura de Mossoró	José Walter da Fonseca	Km 47 - BR-110 - Bairro Prés. Costa e Silva	Mossoró	Z.	29.600	084	3215755	
Fund. Univ. Reg. do R. G. do Norte	José de Freitas Nobre	Km 48 - BR-110 - Baino Pies. Costa e Silva	Mossoró	Z.	59.600	084	3214999	
Univ. Federal doRioGrande do Norte	Ana Maria Cavalcanti	PAPPq - Campus Universitário	Natal	Z.	29.000	984	2312896	NATMR
Universidade Federal da Paraíba	Maria das Vitórias de Lima Rocha	Campus Universitário	Joio Pessoa	88	28.000	083	2247200	JPAMR
Fund. Univ. Regional do Nordeste	Joio Batista dos Santos	Rua Flonano Peixoto. 718	Camp. Grande	8	58.100	083	3210099	
Institutos Paraibanos de Educação	José Loureiro Lopes	Av. Gil Osório, s/n - MosteiroS. Bento	Joio Pessoa	8	28.000	83	2218410	
Fund. Ensino Superior de Cajazeiras	Gervásio Fernandes de Oueiroda	Rua Pe. Rolim, 156	Cajazeiras	8	58.900	83	5311513	
Universidade Federal de Pernambuco	Ruy Joio Marques	Av. Moraes Rego,s/n -Cid, Universitina	Recife	Ш	20.000	081	2272322	RECMR
Univ. Federal Rural de Pernambuco	Júlio de Carvalho Fernandes	R. Dom Manuel de Medeiros, s/n - Dois	Recife	H	20.000	081	2685167	RECMR
		Irmãos						Rural
Universidade Católica de Pernambuco	Evänia Pincovsky	Rua do Príncipe, 526	Recife	Ⅱ	20.000	081		
Universidade de Pernambuco	Geraldo de Oliveira Costa	Rua Carlos Chagas. 52	Recife	쀮	20.000	081	2310411	

Esc. Fed. de Eng. de Itajubá Esc. de Farmácia e Odont, de Alienas Fac.de Ciências Médicas Vale Sapucai Fae Medicina Triangulo Mineiro Univ. Santos Dumont	Fund. Ontv. Fed. de Outo Freto Fund. Norte Mineira de Ens. Superior Fac. de Odontologia de Diamantina Escola Superior de Agric. de Lavras	Universidade Católica de Minas Gerais Fund. Univers. Federal de Viçosa Universidade Federal de Juiz de Fora Fund. Univ. de Uberlândia	Fed. Esc. Fed. e Isoladas Est. do RJ Fund. Getülio Vargas - RJ Fund. Educac. D. André Arcoverde Universidade Federal de Minas Gerais	Universidade Federal do Espírito Santo Universidade Federal Fluminense Universidade Fed. do Rio de Janeiro Univ. Fed. Rural do Kio de Janeiro Univ. Fed. Rural do Kio de Janeiro	Universidade Federal de Alagoas Fund. Universidade Federal de Sergipe Universidade Federal da Bahia Fund. Univ. fest de Feira de Santana Universidade Católica de Salvador Fac. Agronomía do Médio S. Francisco Fed. das Esc. Sup. de Ilhéus e Itabuni	INSTITUIÇÃO
José M ardo de Melo Costa Maciro Manoel Pereira Benedito Faria Machado Resalla Salum Geraldo Magela Freitas dos Santos	Vicente de Melo Maria da C. M. Figueiredo José de Araújo Flecha Joaquim Santos Pcnoni	Dom Serafim Fernandes de Araújo Dirceu Jorge da Silva Muríllo Gonçalves do Amaral José Carlos da Silva	Vera Lúcia Beltrão Irene Estevão de Oliveira LuizGioseffi Januzzi Virgínia Costa de Vasconcelos	Hélida Maria Nascimento Georgina do Nascimento Marçal Sérgio Neves Monteiro Hercilio Valer Faria	Renato Gama Vieira da Silva José Jackson Carneiro de Carvalho Arménio Costa Guimarães José Onofre ti Boavista da Cunha Raymond VanDerhaegen Joston Simão de Assis Soane Nazaré de Andrade	COORDENADOR
Rua Cel. Rennó. 7 Rua Gabriel Monteiro, 714 Av. Alfredo Custódio de Paula, 320 Praça Manoel Terra, s'n Rua Moreira Sales, 850	RuaCel. Alves. 55 - Centro Av. Universitária, s/n Rua da Glória, 1X7 Caixa Postal, 37	Av. Dom J. Gaspar. 500 Av. Peter Henri Rolfs. j/n Rua Benjamin Conslant. 790 Jardim Umuarama, s/n	Prés Vargas, 1733- 4º andar Prás Vargas, 1733- 4º andar Praia de Botafogo, 190 Rua dos Mineiros, 30 Sala 203 Campos da UFMG - Pampulha	Campus Universitário - Goiabeiras Rua Miguel Fnas, 9 • Icaraí Cid. Universitária - Ilha do Fundão Km 47 antiga Rod. Rio/SP	Praça Sinimbu, 206 Rua Lagarto, 952 RuaMal Floriano. 55 Km 3. BR. 116. Campus Universitário Rua da Palma. Convento da Palma Av. Dr. hdgard Chástine t Guimarães Campus da FUSC	ENDEREÇO
Itajuba Alienas Pouso Alegre Uberaba Gov. Valadarc:i	Montes Claros Diamantina Lavras	Belo Horizonti5 Viçosa Juiz de Fora Uberlândia	Rio de Janeiro Rio de Janeiro Valença BeloHorizont's	Vitóna Niterói Rio de Janeiro Itajai	Maceió Aracaju Salvador Feira de Santana Salvador Juazeiro Ilhéus	CIDADE
i MG	MG G				AL SE BA na BA BA BA BA	ESTADO
37.130 37.130 37.150 38.100 35.100	39.400 39.100 37.200	30.000 36.570 36.100 38.400	20.210 22.250 27.600 30.000	29.000 24.220 20.000 23.460	57,000 49,000 40,000 44,100 44,100 48,900 45,660	CEP
035 035 034 033	038	031 031 032 034	021 021 031	027 021 021 021	082 079 071 075 071	DOO
4213888 2910 2213040	5511211 OUPMR 2212340 9311120 FAFEOD 8213700 LAVMR	3323344 8411790 JDFMR 2347369	2313423 2263123 52.0424 441.2889 BHZMR	2270811 VITMR 7195115 NITMR 2607491 RIOMR 7673134 RIOMR- Rural	MCOMR 2223432 AIUMR •2452811 SSAMR 2210033 2459621 2248	FONE RETEMEC
					Į.	Ţ

NOGENETATION		P		OGWICT		2	LONE	NE I EMEC
Sociedade Visconde de São Leopoldo Maria Helena de A. Lambert Fund Thiy Fod de São Corlos	ambert	Rua Euclides da Cunha. 247 Via Washinoton I niz. «Cm. 235	Santos São Carlos	S S	11.100	0132	377122	SCIME
Univ. Est. Paulista "Júlio de M. Filho" Carlos Landucci		Praca da Sé. 108	São Paulo	SP	01.000	0162	321233	
Atuiio José Ciaroli		Cid. Universitária • BarãoGeraldo	Campinas	SP	13.100	0192	314555	
Inst. Apost. Sagrado Coração de Jesus Ir.Marisabel Leite		Rua Ir. Arminda. 10-50	Bauru	SP	17.100	0142	232311	
Milton Léo		Av. Nicolau Zarvos. 1925	Lins	SP	16.400	0.145	222300	
Ivan De Domenico Valarelli	'alarelli	Rua Campos Saltes, 9-43	Bauru	SP	17.100	0142	225019	
Saulo Monte Serrat		RuaCel.Quirino, 116-Bosque	Campinas	SP	13.100	0192	416766	
Otília Ams		Rua Dr. Faivre. 405.3?andar	Curitiba	PR	80.000	0412	241822	CBRMR
Aramis Deme terço		Av. Sete de Setembro. 3165	Curitiba	PR	80.000	0412	248683	CBREI
Ervino Nesello		Compus Universitário - Perobal	Londrina	PR	86.100	0432	273402	
Alfredo Bel trame		A». Colombo. 3690	Maringá	PR	87.100	0442	224242	
Universidade Estadual de Ponta Grossa Wolfgang João Meyer Frandacão Faculdade Estadual de Filosofia	t <del>.</del>	Praça Santos Andrade, s/n	Ponta Grossa	Ж	84.100	0422	243966	
Wilson Luiz Camargo	•	RuaPrcs. Zacarias,875	Guarapuava	PR	85.100	0427	231864	
Universidade Federal de Santa Catarina Alzira Hessmann Dutra	tra	Campus Universitário - Trindade	Florianópolis	SC	88.000	0472		FLNMR
Sérgio Schmitz		Praç.iCetúlio Vargas, 15	Florianópolis	SC	88.000	0472	228836	
SeigioSchmitz		Rua Tenente Silveira, 118	Florianópolis	SC	88.000	0472	221160	
Gerhard Jacob		Av. Paulo Gama, s/n	Porto Alegre	RS	90.000	0512	217033	PO AMR
Zosymo Lopes dos Santos	antos	Cidade Universitária	Santa Maria	RS	97.100	055	2211616	SM A MM R
Eliezer José da Silva Rios	Rios	Rua Luiz Lorea, 261	Rio Grande	RS	96.200	0536	21501	
Fernando Luis Câprio da Costa	o da Costa	Caixa Postal 354	Pelotas	RS	96.100	0532	210933	PELMR
Ari Santos		Rua Félix da Cunha, 416	Pelotas	RS	96.100	0532	228274	
Maria de Lurdes Pauletti	letti	Campus Universitário	Caxias do Sul	RS	95.100	0542	211409	
Fundação Universidade de Passo Fundo Solange Maria Longhi		Rua Teixeira Suares, s/n	Passo Fundo	RS	99.100	50	3123154	
Egídio Francisco Schmitz	ımitz	Praça Tiradentes,35	São Leopoldo	RS	93.000	0512	921611	
Educação do Ir. Eivo Clemente		Av.Ipiranga, 6681	Porto Alegre	83	90.000	0512	239400	
Adelino Massarollo		Rua São Francisco, 509	Ijui	RS	98.700		2272	
Fund. Alto Uruguai p/Pesq. e Ens. Superior Nelly Zaffari		Av. 7 de Setembro. 1621	Ercxim	RS	99.700		2918	
Cláudio de Leão Lemieszck	nieszck	Av.Tupy Silveira, 2099	Bagé	RS	96.400	0533	22266	
Gustavo Maciel		Campus Universitário	Sto. Angelo	RS	98.800	055	3121627	

Miguel Medeiros Montana   Caixa Postal 268   Sant''Ana do   RS   97.570   055     Livramento	INSTITUIÇÃO	COORDENADOR	ENDEREÇO	CIDADE	ESTADO	CEP	DDD	FONE	FONE RETEMEC
António Luiz da Silva RuaCel. Oscar R. Joat, 1551 SU. Cruz do Sul RS 96.800 051  Nancy Ribeiro de Araújo e Silva Campus U - fCB Hl Goiânia CO 74,000 062  Luiza Maria Mendes César Av. Universitária. 140 Goiânia GO 74,000 062  Urbano de Almeida Av. Fernando Corrêa, s'n Cuiabá MT 78,000  Pe. Antonio A. de Barros Sobinho Av. Mato Grosso. 381-BI. E-5/117. Campo Grande MS 79,100 0672  Fricana Lois Maria Grosso. 381-BI. E-5/117. Campo Grande MS 79,100 0672	Assoe. Santanense Pró-Ensino Superior	Miguel Medeiros Montana	Caixa Postal 268	San!"Ana do	RS	97.570	055	2421675	
is Nancy Ribeiro de Araújo e Silva Campus U - fCB Hl Goiânia CO 74,000 662  sa Luiza Maria Mendes César Av. Universitára, 140 Goiânia GO 74,000 662  rosso Urbano de Almeida Av. Fernando Corrêa, s/n Cuiabá MT 78,000  rosso Pe. Antión A. de Barros Sobrinho Av. Mato Grosso, 381-Bl. E-S/117, Campo Grande MS 79,100 6672  nos Articles Av. Fernando Grosso, 381-Bl. E-S/117, Campo Grande MS 79,100 6672	Assoe. Pró-Ensino em S ta. Cruz do Sul	António Luiz da Silva	RuaCel. Oscar R.Joat, 1551	SU. Cruz do Sul	RS	96.800	051	7112535	
Nancy Ribeiro de Anaíjo e Silva         Campus U - fCB HI         Goiánia         CO         74,000         062           Luiza Maria Mendes César         Av. Universitária. 140         Goiánia         GO         74,000         062           Urbano de Almeida         Av. Fernando Corrêa, s/n         Cuiabá         MT         78,000         PR,000           Pe. Antoino A. de Barros Sobrinho         Av. Mato Grosso, 381-BI. E-S/117         Campo Grande         MS         79,100         0672           Friscas Los Mario Grosso, 100         Av. Mario Grosso, 381-BI. E-S/117         Campo Grande         MS         79,100         0672	REGIÃO CENTRO-OESTE								
Lutza Marta Mendes César Av. Universitária. 1440 Goiánia GO 74,000 062 Urbano de Almeida Av. Fernando Corrêa, s'n Cuiabá MT 78,000 Pe. Antíonio A. de Barros Sobrinho Av. Mato Grosso. 381-B1. E-S/117 Campo Grande MS 79,100 0672 Friezas Loca Marcunas	Universidade Federal de Goiás	Nancy Ribeiro de Araújo e Silva	Campus U - fCB HI	Goiânia	00	74.000	062	2610149	GCMMR
Urbano de Almeida Av. Fernando Corrêa, s'n Cuiabă MI / 2000 Pe. Antiónio A. de Barros Sobrinho Av. Mato Grosso, 381-BI. E-S/117. Campo Grande MS 79-100 0672 Filozo I / 2004 Marcines	Universidade Católica de Goiás	Luiza Maria Mendes César	Av. Universitária. 1440	Goiânia	3 ;	76.000	790	8811677	9
Flicare Lock Marchine Crist 11 Transcriptor Control Control Crist Marchine Control Crist Ma	Fund. Univ. Fed. de Mato Grosso	Urbano de Almeida  De António A de Barros Cobrinho	Av. Fernando Corrêa, s/n	Curaba	MI	79.100	0570	3834361	CBAMK
Campo Grande (M.S. Cidade Universitaria Campo	Universidade Estadual de Mato Grosso	Eliezer José Marques	Cidade Universitária	Campo Grande	MS	79.100	0672	6247474	

# **ANEXO V**

# QUADRO RESUMO DO PREENCHIMENTO DOS FORMULÁRIOS E MODELOS

DOCUMENTO	PLANO DE CAPACITAÇÃO DE DOCENTES	PLANO DE APLICAÇÃO ANALÍTICO	RELATÓRIO ANUAL	PRESTAÇÃO DE CONTAS
PRAZOS	31/08/1979	15/07/79* 31/03/80	31/03/80*	30/09/79* 31/03/80*
IES de Pequeno Porte	Formulários N <sup>a</sup> l(só as duas primeiras colunas), 2 e 3	Formulário N° 4 Formulários N° 5, 6e 7.	Formulários N°5,6e7.	Modelos 01, 02, 03, 04 e 05
IES de Médio e Grande Portes	Formulários $N^{05}$ 1, 2 e 3.	Formulário Nº 4	Formulários N°5,6e7.	Modelos 01, 02,03,04 e 05
IES que participarão pela primeira vez em 1980	Formulários N . I(só as duas primeiras colunas), 2e3.	Formulário n9 4		

rigor, O PORTE de instituições é definido em função do número de alunos e professores. Sem assim classificar: Médio porte: de 3.000 até 9.999 aluno? Grande porte: mais de 10.000 alunos

quanto ao número de estudantes, podemos

Observação: Os prazos assinalados com \* não se aplicam as instituições que

Pequeno porte: até 2.999 alunos

participarão pela primeira vez do programa em 1980.

11

### ANEXO VI

# DISTRIBUIÇÃO DE FUNÇÕES NA CAPES REFERENTES AO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE CAPACITAÇÃO DE DOCENTES P.I.C.D.

PBX:(061) 225-2390

ASSUNTO	RESPONSÁVEL	FUNÇÃO	LOCAL DE TRABALHO
PIC D-Assuntos gerais PICD I (M e D)	Prof. Manuel Marcos Maciel Formiga	Coordenador	69 andar Sala 602 Ramal 142
Acompanhamento e Informações Especí- ficas e PICD II (A e E) <sub>y</sub>	Prof <sup>a</sup> Zeli Isabel Roesler	Coordenadora	6°. andar Sala 601 Ramal 141
PICD III (PADES)	Profa. Eda C.Barbosa	Coordenadora	69 andar Sala 603 Ramal 143
	Profa. Sílvia Bahia	Diretora da  Divisão Técnica	59 andar Sala 502 Ramal 122
	Eleonora Maria Monteiro Cavalcanti	Chefe daSeção de Bolsas no País	59 andar Sala 511 Ramal 127
Atividades de Execução	Diana Tavares Ferreira	Chefe da Seção de Bolsas no Exterior	59 andar Sala 505 Ramal 125
	Maria Norma Maia Soares	Responsável pelo Registro de infor- mações do PICD-I	59 andar Sala 511 Ramal 127
Relatório Finan- ceiro Trimestral	José Gaspar Koscheck	Diretor da Divisão de Atividades Auxiliares	49 andar Sala 402 Ramal 102

### EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO MANUAL PICD/80

ÂNGELA SANTANA UFV
ANTÓNIO MARIA AMAZONAS McDOWELL UFPB
MANUEL MARCOS MACIEL FORMIGA UFPE
ZELI ISABEL ROESLER UFRGS

### CONTOU-SE TAMBÉM COM A COLABORAÇÃO DE:

ALFREDO BELTRAME FUEM
FERNANDO LUIZ CÁPRIO DA COSTA UFPelotas
JOAQUIM CARDOSO LEMOS UFF
MARILEIDE CARVALHO COSTA UFPE

# Livros Grátis

( <a href="http://www.livrosgratis.com.br">http://www.livrosgratis.com.br</a>)

### Milhares de Livros para Download:

<u>Baixar</u>	livros	de	Adm	<u>iinis</u>	tra	ção

Baixar livros de Agronomia

Baixar livros de Arquitetura

Baixar livros de Artes

Baixar livros de Astronomia

Baixar livros de Biologia Geral

Baixar livros de Ciência da Computação

Baixar livros de Ciência da Informação

Baixar livros de Ciência Política

Baixar livros de Ciências da Saúde

Baixar livros de Comunicação

Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE

Baixar livros de Defesa civil

Baixar livros de Direito

Baixar livros de Direitos humanos

Baixar livros de Economia

Baixar livros de Economia Doméstica

Baixar livros de Educação

Baixar livros de Educação - Trânsito

Baixar livros de Educação Física

Baixar livros de Engenharia Aeroespacial

Baixar livros de Farmácia

Baixar livros de Filosofia

Baixar livros de Física

Baixar livros de Geociências

Baixar livros de Geografia

Baixar livros de História

Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura

Baixar livros de Literatura de Cordel

Baixar livros de Literatura Infantil

Baixar livros de Matemática

Baixar livros de Medicina

Baixar livros de Medicina Veterinária

Baixar livros de Meio Ambiente

Baixar livros de Meteorologia

Baixar Monografias e TCC

Baixar livros Multidisciplinar

Baixar livros de Música

Baixar livros de Psicologia

Baixar livros de Química

Baixar livros de Saúde Coletiva

Baixar livros de Serviço Social

Baixar livros de Sociologia

Baixar livros de Teologia

Baixar livros de Trabalho

Baixar livros de Turismo